

história/História na Nova Espanha/México (1750-1850)* **

The concept of history in Nueva España/México (1750-1850)

Guillermo Zermeño

Professor

El Colegio de Mexico (CM)

gmox@colmex.mx

Camino al Ajusco 20 - Pedregal de Santa Teresa

Distrito Federal

10740

Mexico

Resumo

Este artigo rende homenagem ao trabalho pioneiro de Reinhart Koselleck sobre a formação do conceito moderno de história. Koselleck nos oferece o marco para situar o começo da historiografia vinculada ao aparecimento de um novo “regime de historicidade”, tal como desenvolvido por François Hartog. Na trilha aberta por Kant, mas para além deste, Koselleck perguntou-se pelas condições históricas que possibilitaram a emergência de um novo funcionamento da história visualizado na transformação semântico do vocábulo história. À luz deste precedente historiográfico, neste artigo analisa-se como se transformou o conceito de história na passagem do regime novohispano ao “mexicano” ou republicano.

37

Palavras-chave

Conceito de história; México; Historicidade.

Abstract

This article celebrates Reinhart Koselleck groundbreaking work on the changes in the modern concept of history. Koselleck had provided the structures to situate the beginning of modern historiography tied up to the emergency of a new regime of historicity – to use the category developed by François Hartog. On paths open by Kant, but beyond it, Koselleck has studied the historical conditions to the development of a new form of history observing the change in the word “history”. Following this historiographical precedent, this article analyses the changes in the concept of history during the transition from the “novohispano” regime to the “Mexican” or republican one.

Keyword

Concept of history; Mexico; Historicity.

Enviado em: 22/04/2010

Autor convidado

* Este ensaio é parte do projeto de investigação financiado por CONACYT, “Para uma história da escrita moderna da história do México (Do século XVIII “novohispano” ao século XIX mexicano)”. Também meu reconhecimento e agradecimento especial para Javier Fernández Sebastián, diretor de um macroprojeto sobre “Uma História comparada dos conceitos políticos no Mundo Iberoamericano” que permitiu a um grupo muito amplo de colegas interagir e enriquecer nossas próprias investigações. Por isso, esta versão está em dívida com muitos desses trabalhos, em particular com aqueles relacionados com o conceito “Historia”.

** Tradução do espanhol de Valdei Lopes de Araujo.

Como se indica no título, este ensaio presta homenagem ao trabalho pioneiro de Reinhart Koselleck (1975) (Koselleck, 2004). Este autor nos oferece o marco para situar o começo da historiografia moderna vinculado com o surgimento de um novo "regime de historicidade", segundo a concepção desenvolvida por Francois Hartog (2003, 11-30). Seguindo a Kant, mas para além desse, Koselleck perguntou-se pelas condições históricas que possibilitaram a emergência de um novo funcionamento da história visualizada na transformação semântica do vocábulo *história*. Quase um neologismo, por tratar-se de um termo antigo, a nova história emergiu como resultado da formação de um novo espaço de experiência, conotado tanto intelectual como politicamente. Assim, a luz desse precedente historiográfico, neste artigo analisa-se o modo como se transformou o conceito história no trânsito do regime novohispano ao "mexicano" ou republicano.

Preâmbulo metodológico

1) História é um vocábulo antigo, polissêmico, vindo do latim ao castelhano. Por tanto, dada sua polivalência, deve-se distinguir pelo menos três níveis de sentido: a) Ao referirmos ao conceito história no México entre 1750-1850, não é o mesmo o seu uso na Corte novohispana, em seu séquito e cerimonial, e no regime republicano. No primeiro caso seu uso ganha relevância dentro de um conjunto maior – o império espanhol – e, no segundo, dentro da ordem nacional; b) Deve-se pensar o termo "história" como um elemento funcional da ordem política e cultural, de modo que quando ocorre a separação com a Espanha, o mesmo vocábulo ocupará outro lugar; c) Deve-se observar que este afastamento semântico está inserido em uma ordem de temporalidade; ou seja, de um lado pode-se observar a coexistência entre o passado e o presente, ou a inscrição constante ou invariável do passado no presente refletida em um tempo ritual litúrgico, religioso e político dinástico e, de outro, um futuro escatológico ou apocalíptico, providencial, enclausurado por uma cosmologia ou teogonia cristã de corte agostiniana. Esta ordem de historicidade ameaça romper-se com a aparição de obras históricas – como as de Voltaire, Robertson, Buffon, Montesquieu, os enciclopedistas, Raynal-, ou no caso alemão – em Schelling ou Kant-, ou mesmo que no México no momento de sua emergência como uma nação independente.

2) Os restos do passado podem agrupar-se de acordo com a pauta da cronologia, do mais antigo ao mais recente, um fato depois do outro e assim sucessivamente até completar o quadro cronológico. Por sua vez, esta forma pode ordenar-se a partir de reações causais. Pode estabelecer-se, por exemplo, uma narração completa a partir de acontecimentos cuja unidade se encontra ao término da ação ou ações narradas. Esta forma de escrita é mais complexa se comparada com a cronologia pura, e contém um estímulo adicional ao intentar entreter ou proporcionar um ensinamento aos ouvintes ou leitores. Para consegui-lo, não é suficiente a pura relação cronológica dos fatos, mas requer uma estrutura narrativa que comova ou incite ao melhoramento moral. Dado

seu caráter, este tipo de escrita cumpre a função de ser, ao mesmo tempo, memória, recordação e exemplo, distinguindo-se das meras inscrições. Sua arquitetura interior segue as pautas da arte da retórica e da gramática (Mendiola, 2003; Borja, 2002).

Mas os vestígios históricos podem ordenar-se também transversalmente, na forma sincrônica. Ao mesmo tempo em que um ramo efetua um movimento, outros ramos, em outros lugares, podem estar efetuando movimentos similares ou diferentes. Neste caso, a perspectiva que agrupa os acontecimentos não é cronológica, nem linear, mas poliédrica. Esta forma de ordenamento não segue a cronologia natural do tempo, uma coisa depois da outra até formar uma série. Mas ao estabelecer relações entre objetos contemplados em simultaneidade implica na interrupção *da sequência temporal*. Esta perspectiva sincrônica, por assim dizer, interrompe o tempo para fazer um corte no interior do mesmo. Só assim se pode ver algo como parte de outra coisa. Esta perspectiva exige tal ordenamento que permita fazer comparáveis os acontecimentos ou integrá-los como parte de um mesmo movimento sem excluir sua especificidade.

O historiador alemão Reinhart Koselleck, em seu estudo *história/História*, ao analisar a linguagem da segunda metade do século XVIII advertiu para a conjunção da história sincrônica e diacrônica, um momento que coincidiu com a aparição de um novo vocabulário político e social atravessado por um novo sentido de temporalidade. Até 1800 estas duas formas de ordenamento dos vestígios históricos - ou de inscrever o tempo no espaço e vice-versa, diacronia (narração) e sincronia (acontecimentos)- se unificaram. A história com minúscula, de caráter plural, se encontrou com a História com maiúscula, ou seja, com a concepção de um tempo fluido, mas centralizado em um presente contínuo e aberto para o futuro. O tempo providencial e escatológico deixou de ser a única pauta para ordenar os acontecimentos do passado. O tempo serial cronológico se assimilou o tempo sincrônico, interiorizou-se no tempo que passa; o tempo passado fundiu-se no tempo que passa. Neste gesto se deixa ver um ato de apropriação do presente de toda classe de passados contidos na dimensão de um futuro aberto, imprevisível, contingente.

Assim, a hipótese geral que orienta este estudo parte do fato de que antes do século XVIII dominou no ocidente cristão - e a Nova Espanha não é exceção - o primeiro tipo de ordenamento ou regime de historicidade. Não é gratuito que a cronologia e o estabelecimento dos fatos verdadeiros (pressuposta a distinção entre fábula e história desenvolvida e aprofundada entre os séculos XVI e XVIII) constituíram duas de suas ferramentas principais. Os fatos, por sua vez, com a ajuda da retórica, ganhariam um novo sentido na trama de uma narrativa soteriológica, jurídica ou edificante.¹

A nova coordenação espaço-temporal foi elaborada primeiro no âmbito filosófico universitário, e depois foi parte das revoluções sociais e políticas da

¹ É uma questão que Mendiola desenvolveu com amplitude e profundidade a partir do estudo do gênero das crônicas novohispanas; o mesmo se pode dizer do já citado estudo de Borja.

segunda metade do século XVIII, sem que houvesse propriamente uma relação causal entre o primeiro evento e o segundo, entre os “livros” e a “revolução” (Chartier, 1995). Este movimento balizado agora pelo futuro e menos por um passado modelar afetou igualmente todos os grupos sociais e políticos que tomaram parte nesse processo.

A luz desse precedente historiográfico, ensaia-se então a descrição do modo como pode ter acontecido a transição do regime político-cultural novohispano ao do México republicano. A partir da investigação sobre a evolução do termo “história” em nossa língua sugere-se que entre 1750 e 1850 as formas clássicas ciceronianas da história cederam paulatinamente seu lugar a outras, nas quais a dimensão sincrônica tendeu a prevalecer sobre as diacrônicas do tempo anterior. Este “ceder” não implicou o desaparecimento instantâneo das formas clássicas, mas sim a subordinação destas a outro tipo de ordenamento temporal. O estabelecimento do cronótopo próprio deste tempo novo (ou “história sincrônica”) só indica a importância crescente que terá a *história contemporânea* como eixo articulador das relações entre o passado e o futuro ou futuros-passados, como os denomina Koselleck (1993). A mutação semântica da história pressupõe também a transformação dos espaços públicos nos quais o termo circulava. Não se trata por isso de uma simples aproximação nominalista ao estudo do social. As palavras na vez que expressam uma transformação funcionam como agentes dessa mesma transformação.

A voz “história” nos dicionários

Um dicionário mexicano de sinônimos castelhanos de meados do século XIX distingue entre “palavra” e “voz”. Uma e outra são “signos” da fala; mas a “voz” prescinde do som – sua existência pertence ao escrito-, a “palavra” não existe sem o som, nem a materialidade de sua articulação. Entretanto uma depende em primeira instância do sentido da audição, a outra do sentido da visão: “Um livro não está cheio de palavras, mas de vozes. A um homem não se dizem vozes injuriosas, mas palavras. O vento leva as palavras, não as vozes. Dar palavra é prometer, mas dar a voz é dar a palavra”. Por essa razão às “palavras” ordenadas alfabeticamente nos dicionários são chamadas de “vozes”. O dicionário estabiliza os lugares comuns provenientes da fala.²

Vejamos, a partir da distinção entre língua (sistema de pertencimento geral) e fala (sistema particular) desenvolvida por Coserius, procura-se compreender os usos múltiplos do vocábulo história, no sentido de que a relação entre a língua e a fala efetua-se pela mediação de instituições normativas. Assim, nem toda palavra alcança um nível suficiente de generalidade ou se converte em um conceito a não ser que conte com o consenso social que o

² Gómez de la Cortina, Diccionario de sinónimos castelanos, 1845, (Palavra, voz, p. 119; (Diccionario, vocabulario, p. 63). Gómez de la Cortina se inspirou provavelmente na 2ª edição do livro de José López de la Huerta, “Examen de la posibilidad de fixar a significación de los sinónimos de la lengua castellana”, Madrid, 2ª. Edición, 1835. 1ª edición, Viena, 1789. Veja-se também de González Pérez, “Sinomia y teoría semántica em diccionarios de sinónimos de los siglos XVIII y XX”, <http://www.uned.es/sel/pdf/ene-jun-94/24-1-Gonzalez.pdf>

autorize (Coserius, 1952; 1990). Trata-se de identificar esquemas de pensamento que em um momento determinado tornaram-se aceitáveis ou foram consagrados como lugares comuns. Nesse contexto os dicionários como instituições sociais são indicativos desta estandarização, mas também de suas transformações. Esta consciência da mutabilidade do significado das palavras está presente já em Antonio de Nebrija, criador de um dos primeiros dicionários da língua castelhana:

Porque como as coisas de que são os vocábulos, ou são perduráveis com a mesma natureza, ou estão expostos ao arbítrio dos homens.

As naturais, pela maior parte, são conhecidas em nossa terra por nomes peregrinos; e estas outras voluntárias, sentindo-as nos mesmo, mudam cada dia com seus nomes.

Pois o que diremos daquelas coisas, as espécies dos quais (como dizem os Filósofos) são eternas, que umas do todo se perderam, e outras, pelo contrário, nunca vistas, subitamente as pariu a natureza?³

41

Se compararmos a inscrição do vocábulo história entre os séculos XVII e o XIX encontraremos em alguns dicionários este jogo de permanências e transformações. Pode-se ver a estandarização do termo história entendida como uma reação ou “narração e exposição de acontecimentos passados” (Covarrubias, 1611). Com algumas variantes esta definição se mantém, mesmo que a partir do século XVIII apareçam algumas ênfases sintomáticas: história é “a descrição das coisas mais memoráveis, *como são em si*; isto é, uma narrativa comprovada, continuada, e verídica” (Terreros e Pando, 1786-1788). Pelo contrário, conforme se avança no tempo aparece cada vez menos algo que está presente no século XVII: história é a narração do passado, “e em rigor daquelas coisas que o autor da história *viu por seus próprios olhos* e dá fé delas, como testemunho de vista” em referência ao vocábulo original grego *ístor* (Covarrubias, 1611). Em seguida, nosso autor se estende sobre as provas documentais: “Mas basta que o historiador tenha bons originais e autores fidedignos daquilo que narra e escreve, e que de indústria não minta, ou seja, frouxo em averiguar a verdade, antes que a assegure como tal. Qualquer narrativa que se conte, mesmo que não seja com este rigor, de algum modo se chama história, como história dos animais, história das plantas, etc. E Plínio intitulou sua grande obra a Vespasiano, imperador, com o título de Natural história”. Nosso autor, inscrito no humanismo, remete às histórias de Plínio o velho como modelo, um motivo que se mantém, todavia no momento de escrever história na Nova Espanha durante o século XVIII.

A ênfase em Terreros e Pando está dada pela ideia de que a história se escreve ou se pinta de acordo com certas leis que devem ser observadas, a partir delas se pode julgar se “está bem, ou mal historiado”. Por isso a história é essencialmente uma “arte”. Chama a atenção que os dicionários de meados do século XIX (RAE, 1843 e Campuzano 1852) não dêem conta de modificação alguma. Glosam basicamente os dicionários do XVIII. Destacam ocasionalmente

³ “Prefacio”, Antonio de Nebrija, DICTIONARIUM, 1764.

a importância da História Natural (animal, vegetal e mineral). Se lermos o dicionário da RAE de 1899, chama atenção que a noção grega de história (*istor*, testemunho de vista) praticamente desaparece e sua ênfase está dada pela conversão do termo grego ao latino, ao de história como “narração e exposição verdadeira dos acontecimentos passados e coisas memoráveis”. O interessante vem em seguida, ao deixar ver a centralidade da História como um singular coletivo capaz de abraçar toda classe de histórias:

Em sentido absoluto se toma pela relação dos acontecimentos públicos e políticos dos povos, mas também se outorga esse nome a acontecimentos, fatos ou manifestações da atividade humana de qualquer outra classe. História da literatura, da filosofia, das artes, da medicina, da legislação”.

Em sentido figurado, história refere ao fato mesmo de relatar “qualquer gênero de aventura ou sucesso, de caráter privado ou que não tenha importância pública alguma”, além da distinção clássica do século XIX entre a História natural e História sagrada, ou “conjunto de narrações históricas contidas no Velho e no Novo Testamento” e a entronização da História Universal, “a de todos os tempos e povos do mundo”.⁴

Trata-se, então de ligeiras transformações devido ao desaparecimento sintomático de algumas referências, mas em si mesmo suficientemente significativos, para deixar ver o progressivo desvanecimento da retórica, a partir do século XVIII, como suporte das comunicações históricas. Assim, podemos afirmar que os dicionários tendem a estabilizar, não a gerar, lugares comuns da linguagem; tendem a marcar o fim das lutas socioculturais, mais do que inaugurá-las. Isso pelo caráter conservador da instituição em que estão sustentados.

Mantém-se, dessa forma, em todos os registros a mesma estrutura: a história é uma narração, uma relação de acontecimentos passados. Somente a função autor tende a desvanecer-se. Sua presença como testemunho do narrado é central em 1611. Depois só aparece a figura do historiador como historiógrafo ou escritor de histórias feitas de acordo com certas regras e procedimentos. É notável que até 1852 não se percebe mudança substancial quanto à definição de história. Aparece somente o aspecto distintivo da história: seu caráter narrativo, e, portanto, literário. Somente na edição de fins do século XIX é possível constatar uma nomenclatura da história que assume as definições tradicionais uma vez que deixa ver uma noção de história como singular coletivo. Ou seja, existindo a história como unidade, esta se divide em uma infinidade de histórias: em princípio a história dos povos, mas logo pode ser toda classe de histórias particulares, incluindo a história natural e a história sagrada.

A história nas Artes e Ciências do século XVIII

⁴ Fontes consultadas: Covarrubias, Suplemento al Tesoro de la lengua castellana, (1611), 2005; Real Academia Española (RAE), Diccionario de la lengua castellana, 1726; Terreros y Pando, Diccionario castellano con las voces de ciencias y artes, 1786-88, Vol 2, P. 297; Academia española, Diccionario de la lengua castellana, 1843, 9ª ed. p. 389-90); Campuzano, Diccionario manual de la lengua castellana, 1852, p. 599; Diccionario de la Lengua Castellana, 1899, p. 531.

Onde se encontra o termo “história”? Evidentemente nos títulos dos livros de história. Mas também em publicações periódicas (revistas mensais, semanários...) e nas faculdades universitárias; nos tratados de retórica, nas Academias de Belas Artes, na Academia espanhola de história. Há histórias de uma determinada época, mas também de instituições gerais ou particulares, história eclesiástica, história da província de Santo Domingo em Oaxaca, etc. Se deixa ver também na literatura, nos dicionários.

Assim, no marco das ciências e das artes, o vocábulo história não parece ter uma centralidade comparada com a física (mãe de práticas como a medicina) ou a teologia (mãe dos canonistas ou dos filósofos), ou a retórica (bastião da literatura e a oratória). A história –anterior ao México independente- funciona como um saber, não como uma ciência. Um saber destinado a entreter, instruir e ilustrar. A história aparece fundamentalmente como um discurso, e como tal, pertence à *logografia*. O historiador é um logógrafo na medida em que o efeito de seus textos “se deve não tanto ao sentido como ao estilo”. Os historiadores são “logógrafos” mais do que escritores.⁵ A história é um tipo de discurso sustentado em outros textos. Ao texto da história precedem sempre outros textos.

Esta prática não se parece com *praxis* de uma história entendida como processo. Por isso a história durante este período é, antes de tudo, uma “arte”: uma forma que se aprende mediante o treinamento por um mestre, regulada por um método e uma profissão. Disto dão conta as nomeações oficiais dos cronistas reais ou das ordens religiosas.

A “História” que chega ao século XVIII é um vocábulo que se insere na língua espanhola proveniente do latim, quase um sinônimo do termo “anais” ou relação dos feitos cotidianos.⁶ É verdade que a patrística cristã e o medievo latino incluíram, além disso, uma noção de história como processo proveniente do relato bíblico, como história da salvação: história do gênero humano dirigido para uma meta ou telos. A história possui então uma dupla conotação: história como processo e a história como relação ou narração dos fatos. No segundo caso as *res gestae* ficam dentro da dupla denominação latina de *Historiae* e *Chronicon*. Durante o período do humanismo até a Ilustração a palavra absorverá também os fatos da antigüidade ou era pré-cristã. Para o caso americano o protótipo desta tradição é a *História natural e moral das Índias* (1590) do

⁵ Nietzsche, “Historia de la elocuencia griega”, Escritos sobre retórica, 2000, p. 183. O logógrafo era um prosista, e sobretudo um jurista ateniense do século V y IV a.c., cuja função era escrever discursos para seus clientes, especialistas da arte da oratória. Existiam os advogados não como se os entende atualmente, pois cada um devia defender-se por si mesmo. Só se permitiam os “assessores jurídicos, que não podiam aceitar nenhum dinheiro”. Estes assessores redatavam discursos que logo eram lidos pelos oradores. “Com isto surgiu uma atividade profissional proveitosa para os literatos, cujos produtos... eram apreciados para serem lidos nas exposições orais. Quando se publicava un discurso com essas características depois do êxito, servia, em primeiro lugar, para fazer famoso a seu autor e para lhe proporcionar novos clientes... logo estes discursos adquiriram um interesse absoluto como peças artísticas (para não dizerr obras de arte); um público distinto, com experiência jurídica, se deleitava em lê-los. Con isso se começou a levar em conta o leitor; os logógrafos revisavam suas produções estilisticamente antes de sua publicação, como fariam depois os oradores políticos: pois se era muito consciente da diferença que havia entre ouvintes e leitores”.

⁶ “HISTORIAS, Que proceden de año en año. *Annales, ium*”. Nebrija, DICTIONARIUM, 1764, 715.

jesuíta José de Acosta, na que se defende a necessidade de inscrever China e América na História Universal. (Ritter, 1974, 403).

O dicionário do jesuíta Terreros e Pando de 1768-88 sintetiza esta semântica destacando três aspectos: 1) a história é uma descrição das "coisas mais memoráveis"; 2) É uma relação "feita com arte", e 3), É uma relação das coisas "como são em si". Em suma: a história é "uma narrativa comprovada, continuada, e verídica". Não faz distinção entre os suportes utilizados: papel (impresso), tela (*Pintura histórica*) ou tear (tapeçaria). Uma boa de uma má história se distingue por se haver seguido pontualmente ou não *as leis da história*. Portanto, é historiador ou *histórico* todo aquele que escreve, pinta, tece uma história. Não obstante o anterior, a esta noção de história subjaz outra distinção fundamental: a história perfeita pertence só a Deus, por seu turno, a história humana é perfectível. Nesse sentido, antes de escrever as *histórias* existe de antemão um modelo originário: o ato mesmo da criação do mundo por Deus. Por essa razão, o historiador é unicamente um *historiógrafo* (Terreros e Pando, 1786-88, v. 2, 297).

Esta consciência precede a Terreros já que está presente em uma obra prévia do século XVII. Frei Juan de Torquemada a princípios do século XVII já distingue entre uma história verdadeira "sem mais", sem contradições, exclusiva de Deus, e uma história (imperfeita) que consiste em fazer "presentes as coisas passadas, e (é) testemunho, e argumento das que ainda virão: ela nos dá notícia, e declara, e mostra o que em diversos lugares, e tempos acontece: os montes não a limitam, nem os rios, nem os anos, nem os meses, porque nem ela está sujeita à diferença dos tempos; nem dos lugares. É a História um inimigo grande, e declarado contra a injúria dos tempos, dos quais claramente triunfa. É uma reparadora da mortalidade dos homens, e uma recompensa da brevidade desta vida; porque se eu lendo alcanço clara notícia dos tempos, em que viveu o Católico Rei D. Fernando, ou seu neto, o Imperador Carlos V que menos tenho (na notícia deste) que se vivera em seus tempos? É certo, vendo estes bens, e proveitos, que consigo traz a História, e os trabalhos, que padecem os que a compõem, para dar aos homens notícias de tantas coisas, os haviam de ser muito agradecidos; porque escrever História de verdades, não é tão fácil, como alguns pensam: é mister, afora de outras mil coisas, uma diligência grande na inquisição das coisas verdadeiras, uma maturidade, não menor, em conferir as duvidosas, e em computar os tempos; uma prudência particular, e destacada em tratar umas e outras; e, sobretudo, na era em que estamos, é mister um ânimo santo, e desembaraçado, para pretender agradar somente a Deus, sem aguardar dos homens o prêmio (ou algum interesse) pelo qual, não esperando, nem fiando em minhas pobres, e fracas forças, senão somente em Deus, que me fortaleça, mediante o mérito da obediência imposta, concluí, o que muitos anos antes havia começado, dando por tudo as Graças a Nosso Senhor, de quem vem todo o bem; e dizendo de todo meu Coração: Senhor, trabalhando por toda a noite de minhas trevas, neste mar de tantas tormentas, e dificuldades, nenhuma coisa fiz, mas em vosso Nome, e com vossa ajuda,

estenderei a rede de meu pobre talento” (TORQUEMADA, [1615], 1969, p. 3).

Uma preceptiva histórica de 1733 assume o aspecto narrativo da história e inclui, além disso, os diferentes modos de obter informação sobre a verdade do passado, fundadas na “visão, audição, ou segundo lição e autoridade”. Assume o caráter presencial do testemunho, assim como o princípio de autoridade fundado na tradição ou autoridades respeitáveis. E corrobora os elementos que distinguem esta classe de relato: deve deleitar ao mesmo tempo vez que levar a uma lição moral. E se proclama o caráter plural das histórias: há “históricos” ou “escritores históricos” ou “autores históricos”, “escritores de histórias gerais”, “antigos e modernos”. A unidade da diversidade das histórias está dada pelo respeito às regras que a governam. Por essa razão a história é uma arte que se aprende. Mas nessa preceptiva se vê uma modalidade que é o indício de uma transformação: a voz história já não refere exclusivamente a sua raiz grega como “testemunho dos acontecimentos”; tampouco história é sinônimo de *anais* (voz latina). Ainda que se inclua a voz grega “efemérides” traduzida como diário ou “narração breve das coisas, das coisas que de dia a dia se fazem: que é História por diário”. Dessa forma, dentro da diversidade das histórias, se refere sobre os lugares aos quais esta classe de saber pode ser de utilidade: as diferentes faculdades de Cânones, Teologia e Oratória.

45

Por outro lado, esta classe de saber narrativo inclui em sua ação uma questão de estilo, ou seja, o discurso está construído de tal modo que inclui uma intencionalidade de efeito ou “efeito de sentido”. Isto é, a arte da história tem uma filiação estreita com a arte da retórica. Na retórica clássica uma das partes em que se divide é aquela na que se referem os feitos para esclarecer o assunto de que se trata e para atingir e facilitar os fins do orador. Não obstante, ao incluir a dimensão retórica na história se observa a necessidade de regular o excesso de “ornamentação” para não distrair-se do principal objetivo da história, o de prover uma lição moral. No estabelecimento da “verdade em suas relações” radica o principal “ornato da História”.⁷ Nesse sentido, a história pertence à *logografia* (Nietzsche, 2000, 183).

Além deste manual do Padre Jacinto Segura, *Norte Crítico*, durante o século XVIII circula entre os eruditos novohispanos a *Clave historial* do Padre Henrique Florez que gozou de muitas edições.⁸ Florez já distingue expressamente entre a voz história de raiz grega e a voz latina de história. “Os antigos só reconheciam como *História* aquela descrição dos acontecimentos, que era feita pelo mesmo que os havia visto; por isso o verbo Grego *Historeo* significa o ver o presente: mais o comum é atender a outra significação do mesmo verbo, que significa também descrever, e propor os acontecimentos à memória: e, neste sentido, a *História* propriamente dita, em quanto se diferencia dos demais termos propostos,

⁷ São valores que devem estar presentes em toda história, inclusive na “História Eclesiástica”, assinala seu autor. Segura, *Norte crítico*, 1733.

⁸ Alonso Núñez de Peralta, arcebispo de México (1772-1800), recomendava para a formação nos seminários a leitura da “Clave Historial” e a “Historia eclesiástica” do P. Gravesen. Nuñez de Haro, *Constituciones*, 1777, pp. 39-40. Miguel Hidalgo y Costilla, futuro insurgente, presidiu um exame no Colégio de San Nicolás de Valladolid (Morelia) sobre os livros de Gravesen. *Gazeta de México*, 9/08/1785.

significa, *uma proposição de acontecimentos por extenso*: na qual se representam todos os monumentos do acontecido, segundo tempos, lugares, e pessoas; pintando na ocasião o que pertence à região, à batalha, à exortação, a os motivos, os êxitos; e tudo com adorno, limpeza, e quanto se aproxime mais à verdade, sem parcialidade, nem adulação etc. Mas este último toca já às leis do *Historiador*, que são tantas, e tais, que para sê-lo bom, necessita ser muito homem entre as aves, e entre os homens rara ave." (Florez, 1749, 34).

Por sua vez, Florez proporciona uma subdivisão terminológica no interior da voz história: distingue entre *Anais*, *Fastos*, *Crônicas* e *Efemérides*. Os anais derivam de *annus* ou relação de acontecimentos anuais, mais próximos da cronologia que da história propriamente ou relato em extenso. Era um lugar comum já entre os "antigos". Aos "analistas" bastava "o *quê*, *quando*, e *por quem*, sem a extensão, que é própria da História". Assim o "analista" não se vangloria de ser "historiador". "Por isto a simples narração, que prescrevia para seu ofício o Pontífice Máximo dos antigos Romanos em suas Tábuas, propondo ao povo os acontecimentos de cada ano com as três circunstancias assinaladas, sem cuidar do todo da ação, nem do adorno; se a dava o título de Anais, antes que se introduzisse o de *História Romana*." (*idem*, 34-5) Pelo contrário, se a relação de acontecimentos refere-se aos "dias", os gregos as denominaram "efemérides", de "emera" (dia em grego). Traduzido ao latim e ao castelhano este termo se transforma em "diário", "porque este pode caber em qualquer livrinho, que chamamos de Memória, distinguem-se os acontecimentos pelos dias; se verá o que caberá ou não na *História*, ou mesmo não caberá em biblioteca alguma." (*idem*, 35). Por outro lado, o termo "fasto" provém do verbo latino *fari*, que remete aos dias em que os juizes podiam falar livremente das coisas próprias de seu ofício. Assim, "nefastos" são os dias em que, pelo contrário, não se podiam solenizar as palavras dos juizes. "Depois se chamarão *Fastos* à recompilação destes dias, pondo nela os dias solenes dos Deuses, os jogos, as vitórias, e dias de suas seis juntas, ou congressos, etc." (*idem, ibidem*). Finalmente, "*Crônicas* são propriamente as relações de acontecimentos, nas quais principalmente se cuida de distinguir os tempos, não precisamente por dias, nem por continuação de anos, como em Diários, e Anais, mas ainda se admitindo alguns tempos, em que na matéria que se escreve não ocorre coisa digna de memória." Daí se segue a *Cronologia* (*idem, ibidem*).

Assim, veremos agora que a história ou relação das "coisas memoráveis" feita com verdade ajustada às "coisas como são em si" - situada um grau acima da mera "crônica"- é apenas um saber. Nesta noção todavia não está presente a ideia de um progresso ilimitado ou não cosmológico.⁹

⁹ A esse respeito, Cassirer, *Filosofia de a ilustración*, 1943. Citado em Oexle, *L'historisme em débat*, 2001, p. 47. O saber histórico como investigação do passado é um fato moderno, explicável apenas se se concebe o mundo como um espaço aberto, desprovido de limites, infinito. A ciência aristotélica e a escolástica conceberam o mundo como um cosmos, como uma figura dotada de limites. A concepção da história como investigação emerge com o nominalismo dos séculos XIV-XV e culmina na filosofia de Kant. E encontra seu correlato na noção de "experimentação" que conhece seu auge com a expansão das ciências naturais n século XIX. Por outro lado, a palavra *historicismo*, propria da modernidade do século XIX e XX designa uma relação particular com a temporalidade que consiste no reconhecimento de que absolutamente tudo, inclusive o saber histórico, é historicizável. Tudo se torna história mediada

Os espaços da história

A palavra e o discurso da história circulam em diversos espaços durante a segunda metade do século XVIII. Um desses é o da oratória cívica e sagrada. Por exemplo, em um manual se indica que o orador precisa da *lógica* para argumentar, da *geometria* para ordenar o encadeamento da verdade, da *moral* para mover o coração e as paixões, e da *história* para realizar os exemplos e a autoridade dos varões insignes, da *jurisprudência* o oráculo das leis, da *poesia* o calor da expressão, o colorido das imagens, e o encanto da harmonia". O bom orador, além do conhecimento das leis, precisa da poesia e outras artes para dar colorido e encanto à expressão. A história, como reserva e dotação de exemplos, cumpre na oratória sacra e profana a função de produzir no espectador impressões vivas. Gera as condições de tangibilidade do passado e o ensinamento para o presente. A evocação das pirâmides do Egito pode ser, por exemplo, um motivo adequado para ponderar a grandeza da antiguidade, fazendo como se fosse possível tocar "o viajante dos primeiros séculos do mundo" (Capmany, 1777). Em outro manual precisa-se que pode haver três casos de narração ou "exposição de alguma coisa sucedida": "*Fabulosa*, que por outro nome se chama Fábula, que é contar um sucesso fingido: *Poética*, que é contar um sucesso fingido ou verdadeiro em estilo poético; e *Oratória*, que é referir um sucesso verdadeiro com aquele adorno e abundância de palavras, típico dos oradores" (Hornero-Luis de Granada, 1815, 54-5).

47

A história está presente também na jurisprudência. Um exemplo bastante conhecido é o caso do letrado Gaspar Melchor de Jovelanos, que em seu discurso de ingresso na Real Academia da História recomendava a união do estudo da legislação com o da história.

É a história, segundo a frase de Cícero, o melhor testemunho dos tempos passados, a mestra da vida, a mensageira da antiguidade. Entre todas as profissões a que se consagram os homens seus talentos, há poucas a que seu estudo não convenha. O estadista, o militar, o eclesiástico podem tirar de seu conhecimento grande ensinamento para o desempenho de seus deveres. Até o homem privado, que não tem na ordem pública mais representação que a de um simples cidadão, pode estudar nela suas obrigações e seus direitos. E finalmente, não há membro algum na sociedade política que não possa tirar da história úteis e saudáveis documentos para seguir constantemente a virtude e fugir do vício.

Funcionários, militares, eclesiásticos, e até o "homem privado" pode tirar valiosas experiências da história para orientar-se na vida e em seu trabalho. É a história como um espelho onde se pode conhecer melhor a natureza do ser humano, o lugar por antonomásia "que os pinta em todos os estados da vida civil na subordinação e na independência, dados à virtude e varridos do vicio...".

pela própria história. O historicismo se converte assim em fundamento paradójico de toda observação social e cultural. Bem observado, o "historicismo" engloba um tipo de revolução copernicana na compreensão do mundo social. Por essa razão a ideia de movimento adquire uma centralidade até penetrar os interstícios da vida cotidiana. Reúne em seu redor fenômenos como o movimento da Ilustração, a revolução política, a industrialização e o advento das ciências naturais modernas com suas repercussões técnicas e ambientais.

O discurso da história funciona como um livro que dita lições ao presente. Jovelanos (um autor muito lido antes e depois da independência) enfatiza a utilidade e alcance do saber histórico: enquanto a *ética* gradua as ações humanas, as *matemáticas* (como a lógica) ajudam a calcular e proceder ordenadamente de umas verdades a outras, a *história*, por sua vez, só a história, pode ensinar ao indivíduo a “conhecer os homens, e a governá-los segundo o ditame da razão e os preceitos das leis”. Os que a ignoram se comparam aos infantes que têm vida, mas carecem de experiência. Assim, o discurso histórico funciona como uma maneira de suprir a falta de experiência constitutiva de todo ser humano. A história - distinguida da mera crônica e do labor do antiquário - ocupa nesse sentido um lugar relevante (Jovelanos, 1780, 73-4).

A presença da retórica na escrita da história

Como sabemos, entre os séculos XVII e XVIII se aprofundou a luta contra o relato “fingido” ou inventado por parte do relato “verdadeiro”. Não obstante isso, a história continuou sendo escrita fundamentalmente em chave retórica, em boa parte devido ao predomínio dos espaços em que o discurso histórico seguia circulando ou tendo alguma utilidade. Mas, ao mesmo tempo, a depuração dos textos autênticos ou verdadeiros – que leva à crítica textual e ao desenvolvimento da hermenêutica - refere a uma proliferação dos impressos. Estamos frente aos dilemas de uma história que deve em primeira instância à escrita, mas que é feita simultaneamente para funcionar no meio da oralidade: o foro jurídico, religioso, ou político. De tal modo que ao afirmar que a história continua a ser escrita em chave retórica só se sustenta sob a hipótese de que se trata de uma sociedade cujos arranjos das relações sociais mediadas pela oralidade seguem sendo predominantes. Na medida em que tais relações se transformem e, direção do predomínio do escrito, nesse momento a forma como se escreve a história tenderá também a transformar-se.

A retórica é um suporte artificial criado e desenvolvido para apoiar e dar solidez e firmeza às comunicações orais caracterizadas por sua natureza efêmera.¹⁰ Assim, este dispositivo só perderá peso na medida em que nessa sociedade a cultura do escrito vá adquirindo um maior peso em relação à cultura oral. Índícios desse caso de deslocamento são a aparição e multiplicação das sociedades letradas a partir do século XVIII, comunidades criadas ao redor de alguma publicação periódica ou redes formadas para a publicação de folhetos, panfletos, etc. É possível que se trate, para o caso de Nova Espanha, de um processo lento e muito localizado, mas há indícios já no século XVIII desta mutação, que irá ganhando forças conforme adentremos o século XIX. Dada esta progressão gradual é possível observar a circulação e vigência dos tratados de retórica.

¹⁰ Para aprofundar a compreensão do funcionamento da retórica veja-se Mendiola, **Retórica, comunicación y realidad**, em particular, a parte “La retórica vista internamente: el sistema de comunicación retórica” e “A retórica vista externamente: la retórica como sistema de interacción”, pp. 160-234.

Em um tratado de retórica para uso dos colégios jesuítas da primeira metade do século XVIII (elaborado por um professor de matemática) mostra-se o alcance social dessa arte: está dirigido a todos os interessados, sem distinção de profissões. Também se reitera o alcance do discurso histórico como uma arte aplicável a todas as esferas da vida social, em concorrência, no entanto, com outras duas artes: a da guerra e a da política. O padre jesuíta espanhol Francisco Joseph Artiga publicou o dito compêndio para ensinar a arte da "eloquência" em seus três gêneros: *escrita, verbal e figurada*. São três maneiras de auxiliar o raciocínio ("entendimento") e de influir no mundo: são causa de causas, com "vivacidade, e elegância" (Artiga, 1747, 37). Subjaz a sua composição a "Matemática", ao fazer "demonstrações visíveis, de o que ver não podemos. Fazendo ver o invisível, e mensurando o imenso, no modo possível ao humano entendimento" (*Idem*, 5). Nesse sentido, a "eloquência" ou retórica é uma arte de artes que serve a todas as ciências. Tão útil, "como ao mundo são Letras, e Armas, pois passa a ser a Eloquência nas Letras, o que é a destreza nas Armas. É tão *antiga*, que ao Orbe, já em suas primeiras infâncias, ilustro em Adão a toda a natureza humana" (*idem*, 36).

O tratado está construído de acordo com o modelo que simula uma conversação entre pai e filho para ensinar o *know how* ou arte de compor escritos, de conversar e de "fazer discursos em público, cívicos e sagrados, mas também de compor quadros bem arrumados." Assim, a retórica se aplica em três espaços diferentes: o do escrito, o religioso e cívico próprio dos rituais e liturgias, e o da representação pictórica e escultórica. No entanto, se sublinha que um dos grandes benefícios desta arte relaciona-se com a arte da memória ou capacidade de recordar, base de todo raciocínio.

Antonio de Capmany, integrante das Reais Academias da História e das Boas Letras de Sevilha, confirma a glosa anterior e permite precisar a relação entre história e retórica no marco das Artes e Ciências do período. O manual de Capmany dirige-se em particular à composição de escritos para a oratória, e não tanto à composição de textos escritos. Esta distinção é importante. O escritor pode dissertar bem, ser caro, acessível, elegante e ainda brilhante, mas não ser eloquente. Faltaria a ele o fogo e a força da retórica. "O discurso eloquente é vivo, animado, veemente e patético; quero dizer, move, eleva, e domina a alma" (Capmany, 1777, 6). A história exemplar para uso da oratória enfatiza por isso a noção de "pensamento forte" (todo aquele que no ouvinte produz uma impressão viva) (*idem*, 91). Dá o exemplo do relato do Descobrimento e conquista do Novo Mundo: "Que antigo jamais concebeu que um mesmo planeta tivesse dois hemisférios tão diferentes, que um haveria de ser subjugado e como que tragado pelo outro depois de uma série de séculos que se perdem nas trevas e abismos dos tempos?" (*idem*, 93-4). Nesta tipologia discursiva as imagens em movimento são as mais sensíveis. Uma pintura que descreve o movimento sempre será mais impressionante que a de um objeto em repouso, excita "mais sensações por sua continuada sucessão, nos causa uma empresa mais viva e mais durável". Menos comove, por outro lado, "o mar em calma que

uma tempestade; menos o céu sereno e pontuado de estrelas, que iluminado de relâmpagos e agitado de nuvens..." A ação e não o repouso constituem, assim, a força da vida, na qual a razão é a bússola e "as paixões nossos ventos" (*idem*, 94-5).

Por outro lado, a novidade, o "raro" ou o "curioso", cumpre também uma função relevante na construção desses discursos. Por isso se pensa que a ignorância cede em relação proporcional à raridade do objeto. Aqui é onde se produz conhecimento. A razão disto reside no fato de que a memória humana (sinônimo de entendimento) é onde mais se aplica. É "no raro" que a memória humana mais "se alimenta". O inusual e menos visto gera um efeito de contraste com seu contrário: os lugares comuns, o familiar. A história como arte da memória requer assim um ordenamento numérico enquanto ao digno de recordar ou de "entender": segue-se uma sequência numérica que indica uma sequência temporal. Sem esta ordem não é possível recordar nada, já que é a única maneira de se por ordem no caos. Este ordenamento corresponde, por sua vez, com a ordem do visível: as igrejas, as praças, as ruas etc., espaços onde transcorre a vida cotidiana.¹¹

Sendo a história uma arte universal deve aplicar-se também à composição de discursos. No marco da época estão, por um lado, as Artes, como a eloquência, lógica, gramática, aritmética, música, geometria e a astronomia, umas mais uteis ou "verdadeiras" do que outras; e as Ciências que se praticam em ordem hierárquica, os teólogos, astrólogos, filósofos, físicos ou médicos. A história é uma arte como a geometria, a poesia e a lógica, interessada em descrever o "que o homem faz na terra" (Artiga, 1747, 431). Por outro lado, a jurisprudência é uma ciência, mas se apóia nas artes para transmitir e persuadir de suas verdades.

50

A história nas *Gazetas do México* 1722-1742

Durante o reinado de Felipe II se ordena aos súditos de ultramar (vice reis, audiências e governadores das Índias) relatar notícias sobre toda classe de "coisas acontecidas" políticas e militares, assim como sobre os novos descobrimentos com o objetivo de formar "a história geral das Índias com fundamento

¹¹ Capmany, *Filosofia de la elocuencia*. A publicação do livro se realiza porque seu conteúdo ajudará a desterrar "as trevas da ignorância". Trata-se de um livro dirigido a "instruir os Espanhóis na Eloquência", um assunto do qual dependem "todas as Armas, com que triunfa a Sabedoria". "¿Que outra coisa são os Livros, sinão Escudos, e Armas contra a ignorância?" (María Saez Duque em su dedicatoria al monarca, p.3) Uma das censuras (elogios do livro) foi feita pelo padre Joseph Corredera, do Colégio da Companhia de Jesus de Pamplona, 15 de outubro de 1725, p. 11). Outra aprovação - a mais extensa - é do padre Joseph Carral, leitor de filosofia no Colégio de Madri, e mestre de teologia em Segóvia. O fez por petição do Conselho de Navarra. Trata-se de um professor da universidade de Huesca, bem conhecido "no "Orbe Literário". O livro é um espelho onde se reflete a alma de seu autor, sua capacidade intelectual, sobre a Rainha das Artes, aquela que "pode mover os afetos e atrair as vontades". Para crédito da Nação espanhola escrita em linguagem castelhana. Há quem escreve pouco em livros volumosos, e os que "dizem muito em poucas palavras". faz alusão às penas tidas como os remos de uma embarcação no seio do oceano, penas destras para fugir das tormentas e não perder a bússola, usando "um estilo humilde" (simples) para não "obscurer os preceitos", para transmitir seus ensinamentos aos "poucos entendidos"... Joseph Carral é membro do Colégio da Companhia de Jesus em Pamplona, a 12 de novembro de 1725.

de verdade e notícia de coisas”. A esta ordem subjaz o interesse de formar um arquivo com sede no Conselho das Índias sustentado em “originais ou cópias onde se assentam os fatos”.¹² De certo modo a aparição dos primeiros diários ou *Gazetas* se constituirão em repertórios dessas notícias e prosseguiram o mandato do monarca de enriquecer “as histórias da América” consignando por escrito as “novidades”.

A primeira Gazeta do México apareceu em 1722, um ano depois da comemoração –dia de são Hipólito, patrono da “pátria”- dos dois primeiros séculos da conquista. Ao que parece a Nova Espanha e seus domínios internos não eram a exceção à regra geral de registrar os fatos memoráveis para a história. A centralização burbônica pressupõe certa descentralização harmonizada em torno do gênero da história. (Castorena e Ursula, 1722, 61). Agora bem, Nova Espanha não era o México. Não há uma coincidência territorial nem administrativa. A Cidade do México era a capital de um reino, por isso é o lugar aonde se escreve a história da Nova Espanha em torno das fundações religiosas e dos povoados, a expansão territorial e a conversão dos habitantes originais, em uma palavra, da integração de um território através de suas diferentes conquistas. Trata-se de uma história inscrita no marco geral de outras histórias de evangelização, como as das ilhas canárias, dos dinamarqueses e suecos, dos polacos e irlandeses, etc. É parte da história da cristianização do mundo.

51

Os novohispanos praticam uma dupla identidade como integrantes de um sistema imperial: são vazados da *nação* espanhola e, ao mesmo tempo, pertencem à *pátria* mexicana, seu lugar de nascimento. Em território novohispano ou “pátria mexicana” coexistem espanhóis europeus e espanhóis americanos. O discurso da história, por sua parte, os permitirá se singularizarem dentro da história da nação espanhola. Só a partir da segunda denominação como “mexicanos” poderão diferenciar-se dos “estrangeiros” ou não pertencentes à cultura ibérica. Este será um dos eixos básicos da produção de histórias durante o último terço do século XVIII. O funcionamento dessa distinção se deve em boa parte à possibilidade aberta pela imprensa periódica. As regras da arte da história são as mesmas para todos, mas sua aplicação depende do “estilo” ou formas particulares de processar e distribuir a informação em cada lugar. Isso se explica na Gazeta de México em seu começo:

e mesmo que a História se oriente por regras universais, não se pode determinar o estilo, que conforme ao gênio do Autor, ou proporcionado a quem o atende é mais, ou menos familiar, ou elegante, e sendo estes os menos avisados de pouco gosto, não é o outro desprezível aos discretos, quem não ignora, que nesta América, não são fixos os Correios, como na Europa, e por isso de um, em outro mês se retardam as correspondências, e suas novidades: não se fazem reflexões políticas, porque se goza de um governo pacífico, e porque as máximas de estado se governa, pelo irrefragável ditame de nosso Soberano. Apenas solicita-se o bom exemplo para a posteridade, e que sejam pauta aos que serão, as ações heróicas dos que foram”. (*Idem*, 51)

¹² Ordenanzas, 1578 Ley 41, título 21, libro 4. Em **Recopilación de Indias** vol. II, p. 1294.

Na *Gazeta* se menciona a tradução de umas Tábuas Cronológicas, referem-se histórias de vidas veneráveis ou de santos assim como um sentido específico do tempo: o passado está próximo ao presente, pois nada há de novo debaixo do sol, e por essa razão pode seguir-se afirmando que a história é um tesouro de ensinamentos para o presente. Tudo o que sucede está envolto simultaneamente em roupagens novas e velhas: “o mais recente, é antigo, para quem o sabia, e novo, para quem o ignorava: mesmo depois dos Séculos, este vasto Império da América, se chama Mundo novo” (*Idem*, 32).

Neste contexto a recuperação da história civil (deve-se notar aqui que dentro de uma monarquia católica esta história civil é inseparável da história eclesiástica¹³) é o motivo principal desta publicação. Seu objetivo, como se disse, é chegar a formar o “*Florilégio Historial da Corte Mexicana, e de suas Províncias subalternas*”,¹⁴ com a consciência da ambiguidade intrínseca a toda “novidade”. A figura de Cícero volta a respaldar este interesse: chegar a ser “*Testemunhos abonados dos tempos, luz da verdade, vida da memória, Mestres da vida, e anúncios da velhice*” (*Gazeta*, 1722, p. 63). E para fazer efetivo este mandato se reconhece que a invenção da imprensa tinha sido fundamental:

Se a História é a imortalidade da vida política, e moral das Republicas, os instrumentos, ou materiais de que se tece a História, e as espécies, que se percebem pelos olhos, e os ouvidos na serie de acontecimentos, são os espíritos vitais com que se fomenta a alma dessa imortalidade, formando a fama seu clarim com o metal dos moldes; a oficina em que se conservam são as prensas, nas quais as reparte a seus tempos com grande propriedade as Gazetas; cujo uso utilíssimo facilitou a Imprensa, e descobriu industriosa a curiosidade, que teve princípio na China, há mil e trezentos anos, e se trasladou à Europa no ano de 1442, (que existe até o presente duzentos e oitenta e nove anos) a quem devem todos os que aprendem não só as ciências, como também a facilidade da inventiva para perpetuar as notícias (*Castorena, Gazeta*, p. 65).

52

Assim, graças às Gazetas se poderá despertar de seu sonho “muitas notícias, que dormiam nos Arquivos desde o descobrimento desse Novo Mundo, embora tenha havido tantos discretos Historiadores desde a sua conquista, que têm publicado à custa de grande trabalho em suas Histórias os sucessos notáveis, que puderam adquirir, e sem dúvida foram suas obras muito mais volumosas, se muito antes se houvesse imprimido as Gazetas...” (*Idem*, 66). Diferente de Plínio, o velho, que consagrou seus escritos ao imperador Trajano, Sahagún de Arévalo dedica seus trabalhos ao Patriarca de Sevilha. (*Idem*, 63).

Nesse sentido, a história e sua logografia tende a expandir-se graças à imprensa. A consignação das “coisas acontecidas” no papel garante sua durabilidade e produz o efeito de “imortalidade” ou “imutabilidade”, condição necessária

¹³ Com relação à obra de Pietro Giannone, *Istoria civile do regno di Napoli* (1723), citado em Domínguez, *Vida de Fray Servando*, 2004, p. 431.

¹⁴ *Gaceta*, 1722, 12. “Todos os que escrevem nessa cidade algo de novo, são devedores dos Sábios e dos Ignorantes: aos primeiros por sua discricão, e aos outros por sua inabilidade; para seu ensino é preciso uma advertência, que não cabem todas em uma folha, nem em *Gazeta*; fica em *História*, seguindo seu estilo nestas páginas, que juntas daqui a alguns anos formarão um volume com o título de *Florilégio Historial da Corte Mexicana, e de suas Províncias subalternas*.”

para converter-se em motivos exemplares para outras gerações. Além de servir de suporte para a memória, proverão de “notícias frescas” aos funcionários, cronistas das Índias, e mesmo aos europeus que solicitam informação “para enriquecer” seus volumes e ilustrar suas “Histórias”.

A história natural e moral no espírito do melhoramento literário e social

José Ignacio Bartolache (1739-1790) imprimiu e editou meio século depois o *Mercurio volante com notícias importantes e curiosas sobre vários assuntos de física e medicina* (1772-1773). O título, comum na época, alude ao mensageiro que desce do Olimpo à terra. Neste caso a edição da publicação periódica já não está situada na Corte vice-reinal, mas no espaço da Universidade. Sua principal preocupação é levar as luzes a uma região do Império espanhol atrasada e fechada em si mesma: “me vangloriarei de haver nascido espanhol e de que meus nacionais façam luzir seus trabalhos e sejam celebrados”. Se ocupará sobretudo de questões de física deixando a outros que tratem de assuntos relacionados com “a história, a geografia, as matemáticas, a poesia, etc., ou se podem, a enciclopédia: tanto melhor para o público” (Bartolache, 1772-1773, 10).

No *Mercurio de México* se reitera que a história é um tecido fabricado com o fio das notícias antigas e modernas, fundado no espírito de curiosidade e argúcia (Gazeta, 1741-42, 146; 154). Mas Bartolache, como se disse, se interessa em particular na *história natural* (vegetal, animal e mineral) apoiada na química, (*Idem*, 18) ao considerar que essa classe de história é a base da física ou ciência cujo objeto é explicar como funcionam os “corpos” visíveis. “Corpo” é tudo aquilo criado por Deus; ou seja, tudo aquilo que não forma o campo do espírito, ao qual pertecem “o criador, os anjos e nossas almas” (*Idem*, 16).

A física se ocupa então das “exata e bem averiguadas notícias da existência dos corpos que compondo o mundo: se estende em particular aos que compreende nosso globo ou estão perto dele na atmosfera que o faz ambiente; não faria reparo em admitir como pertencentes ao assunto desta história as notícias dos cometas e estrelas aparecidas em outro tempo; o célebre monsieur Buffon começa sua bela obra de História Natural explicando ao filósofo a formação do universo...”. (Bartolache, 17-8). Esta classe de história, em suma, se ocupa de “filosofar com solidez e conhecer a mesma natureza que Deus criou, sem ater-se a sistemas imaginários, demonstrar com evidência a conexão dos efeitos mais admiráveis com suas respectivas causas, fazer-se dono do mundo físico, por em admiração todas as pessoas e enciumar as nações mais ilustradas, que acreditaram ter a fins do século próximo nos inventos do cavalheiro Isaac Newton...”. (*Idem*, 21-2) Nesse sentido, com o suporte da imprensa, se dá a difusão de uma “história natural” associada à história filosófica de novo cunho.

José Antonio Alzate (1738-1799) compartilha com Bartolache seu interesse pela história natural inserida na mesma cosmovisão religiosa. Igualmente manifesta sua preocupação por reformar o campo das ciências e das artes.

Em particular adverte também o atraso de sua "pátria" com respeito ao espírito do século (Alzate, 1768). Nessa reforma inclui-se a história.

A reforma estendeu-se também à história, teatro, poesia, educação da juventude, etc. A primeira trata o presente com o método que se deve; a simples narração dos fatos e um estilo natural prepondera sobre aquelas digressões inoportunas, paralelos de fatos afetados e extravagantes, acasos misteriosos e circunstanciados. (Idem, 88-9).

O espírito crítico plasma-se principalmente na análise das publicações. Aí tem lugar sobretudo o exame das histórias que se difundem. Nesse ponto Alzate compartilha com o jesuíta Francisco Javier Cavijero a crítica das imagens negativas que se reproduzem sobre sua "pátria" e sua "nação" em publicações estrangeiras, como a do viajante francês, o abade Aporte (1788). Alzate se pergunta pela enorme popularidade (com várias edições) dessa classe de obras, pese a quantidade de erros que contém. Portanto, para ele "popularidade" não era sinônimo de "legalidade e utilidade". Aporte segue pensando os novohispanos como um povo atrasado, apenas "racional". E então "arreatado pela honra que se deve à pátria e à nação, leio o cúmulo de absurdos...". O viajante francês segue escrevendo como nos tempos de Thomas Gage. Isso significa que no contexto em que Alzate escreve se tem consciência de que a história já não é a mesma que a do período da conquista.

Até 1780, em pleno século das Luzes, se observa a reaparecimento de velhas polêmicas. Nesse ponto, a obra do jesuíta expulso, Francisco Xavier Cavijero, ganha especial relevância, e deixa ver a filiação intelectual com letrados como Alzate, mediados pela Universidade, assento do cultivo das letras.¹⁵ De fato, Alzate convidará o abade Aporte para que leia "a sublime, a exata História da Nova Espanha" de Cavijero", (Alzate, 1788, 117-119) para não confundir, como estabelecem as regras da história, *história* com *historieta* (Idem, 123).

No debate de Cavijero com seus contemporâneos como o historiador escocês Robertson, pode-se ver talvez um desencontro pelo fato de não compartilharem o traço "filosófico". A história de Cavijero em sentido estrito não é uma história "filosófica" ou processual comparada com a de Robertson ou Raynal. A *História antiga do México* poderia ver-se assim mais como o final do que como o começo de um novo tipo de história.¹⁶ Seu espírito polêmico e os princípios que a inspiram são parte da arte da história do período. Inclusive, entre historiadores "ilustrados" como Voltaire não está em discussão a natureza moral da história. A *Historie* é concebida como o repertório de experiências alheias

¹⁵ A "*Historia antigua de México*" de Francisco Javier Cavijero (1780) está dedicada à Real e Pontifícia Universidade do México. Pretende sanar a "indolência e o descuido" de seus maiores com respeito à história de sua "pátria". Tem havido autores interessados "em ilustrar a antiguidade mexicana", deixando "preciosos escritos"; também tem havido encarregados "de explicar os caracteres e figuras das pinturas mexicanas, por serem tão importantes para decidir nos tribunais os pleitos sobre a propriedade das terras ou a nobreza de algumas famílias índias..." Faltando o erudito já ninguém entende as pinturas mexicanas, e a perda dos escritos tornou, todavia, mais difícil "a história", se não "impossível". Solicita adiante cuidar do que ainda resta. O viajante erudito Boturini é um excelente exemplo do que deveria fazer-se para unir "a diligência e lúcida indústria" com "aquela prudência que se necessita para sacar esta classe de documentos das mãos dos índios". Cavijero, *Historia antigua de México*, (1780) 1974, p. XVIII.

¹⁶ Um exemplo recente é o livro de CAÑIZARES-ESGUERRA, 2001.

úteis para os momentos difíceis em que se devem tomar decisões.

Mesmo que se possa verificar uma variação quanto à função pedagógica da história relegada a alguns séculos em particular como ao “século de Luis XIV”. Observa-se um encurtamento temporal que não afeta completamente a estrutura da narrativa que articula o discurso da história. “Nem todo o acontecido merece ser escrito. Nesta história me interessarei só pelo que merece a atenção de todos os tempos, que pode pintar o gênio e os costumes dos homens, servir de exemplo e fomentar o amor à virtude, às artes e à pátria”, escreveu Voltaire (1996, 7;10; Koselleck, 1993, 48-9). É evidente que em Cavijero não aparece este encurtamento temporal, já que escreve principalmente sobre os “antigos mexicanos”. Isto não significa que Cavijero não possua um sentido do tempo bastante sofisticado a partir da distinção entre o tempo da eternidade (pertence a Deus) e o tempo finito (próprio do ser humano) (Cavijero, [1776], 2008, 36-7).

Alzate como Cavijero se interessa pela “história natural da Nova Espanha” (Alzate, 1788, 121), mas também pela “história moral do mundo” que descreve as virtudes e vícios de seus habitantes.¹⁷ A narração histórica se nutre de testemunhos documentais, mas também dos monumentos antigos. Estes são um complemento dos testemunhos escritos ou os substituem quando não existem, e dessa maneira poder adentrar no caráter e atitudes de um povo. Além disso, os monumentos podem “suprir a omissão ou má fé dos historiadores. Um edifício manifesta o caráter e cultivo das gentes...” (Alzate, 1777, 63). O estudo das antiguidades permitiu romper o “véu obscuro dos tempos que oculta as origens das nações, seu mútuo comércio, etc. Sabemos que muitos fatos históricos têm sido ou confirmados ou destruídos em virtude da descoberta de uma medalha ou de uma inscrição” (Idem, 64). A partir de este repertório referencial Alzate celebra a aparição da obra de Cavijero, precedida de outros trabalhos como o de Boturine para iluminar a história dos antigos habitantes antes da chegada dos conquistadores.

Propor-se estudar os “antigos mexicanos” já pressupõe, como se sugeriu, a separação com os “modernos mexicanos”. Alzate aclara essa diferença utilizando o caso dos gregos:

A nação mexicana no dia (não obstante sua existência) deve reputar-se por antiga; porque, uma vez avassalada pela nação espanhola, de quem recebeu sua legislação, seus costumes, a verdadeira religião, perdeu os traços que a distinguiam das outras nações e são hoje os índios mexicanos com relação aos anteriores à conquista, o mesmo que os modernos habitantes do Peloponeso/Morea com relação aos antigos gregos,...” (Idem, Ibidem).

Esta diferença se sustenta na consciência de viver em um século diferente que abrevia a distinção entre antigos e modernos. Por exemplo,

¹⁷ Alzate, “Memoria sobre el uso que hacen los indios de los pipiltzintzintlis, 1772”, *Memorias y ensayos*, p. 53. Menciona el Diccionario universal de historia natural de Valmont de Bomare, p. 58. Alzate, 1772, *Memorias*, p. 53.

Cavijero em 1776 (depois do decreto em 1773 da extinção da Companhia de Jesus), em um exercício de imaginação histórica fundado na ideia de que do futuro só se pode saber que será diferente, a exemplo da própria relatividade do “século” em que se vive: “Nosso século, que se acreditava superior a todos os que o precederam e se chamava por excelência o Século das Luzes e da humanidade, acreditais que parecerá assim ao século XXII?” (Cavijero, [1776], 2008, 38).

Embora compartilhe com os ilustrados o ser parte do mesmo “século”, Cavijero manterá em sua escrita certas reservas¹⁸ com relação à *philosophie* do século: “minha história seria acaso mais agradável a muitos, se toda diligência que coloquei em averiguar a verdade, houvesse aplicado a embelezar minha narração com um estilo brilhante e eloquente, com reflexões filosóficas e políticas, e com fatos inventados por capricho, como fazem não poucos autores de nosso ponderado século. Mas a mim, inimigo de todo engano, mentira e afetação, parece que *a verdade é tanto mais formosa quanto mais desnuda*. Ao referir os acontecimentos da conquista que fizeram os espanhóis, me afasto igualmente do panegírico de Solís que da invectiva do ilustríssimo senhor Las Casas, porque não quero adular a meus nacionais nem tampouco caluniar-los. Deixo os fatos naquele grau de certeza ou verossimilitude em que os encontro...”.¹⁹

Esta passagem tem dado fundamento para que Cavijero apareça como representante e precursor de uma suposta historiografia “científica” de corte rankeano (Cañizares-Esguerra, 2001). Esta apreciação pode parecer um tanto infundada se se examina também a narrativa de Ranke e a de Cavijero. A de Cavijero oscila constantemente entre o passado e o presente dos “antigos mexicanos”: “...e comparando o que dizem de sua multidão os primeiros historiadores espanhóis e os escritores nacionais com o que viu nossos olhos, podemos assegurar que das dez partes apenas subsiste uma no presente: efeito lamentável das grandes calamidades que têm sofrido” (Cavijero, [1780], 1974).

Outro membro da Companhia de Jesus extinta valoriza não só as fontes escritas e pictóricas, mas também os monumentos antigos. Seu estudo é parte

¹⁸ Assinala Cavijero que o principal objetivo de seu “ensaio” é regressar “a seu esplendor a verdade ofuscada” por uma turba de “escritores modernos da América.” Por essa razão, tem dedicado seu tempo a estudar muitíssimas “pinturas históricas dos mexicanos. Viveu trinta e seis anos em diversas províncias do reino, “com os mesmos mexicanos” cuja história escreve, e aprendeu sua língua. Crê possuir os traços de um “bom historiador”: engenho, juízo e eloquência, contando que a perda de materiais e o abandono são obstáculos sérios “para todo o que empreenda semelhante história”. Espera o reconhecimento, menos pela “elegância do idioma”, “a beleza das descrições”, “a gravidade das sentenças”, “a grandeza dos fatos referidos” e mais “pela diligência nas investigações, pela sinceridade da narração, pela naturalidade do estilo e pelo serviço... aos literatos desejosos de conhecer as antiguidades mexicanas...”.

¹⁹ Cavijero recorre, com efeito, à metáfora da “verdade nua”, uma metáfora antiga situada no contexto da retórica, e que Ranke também utilizará em seu momento. É uma metáfora que serve para indicar que o excesso de adorno em uma expressão só faz ocultar a mesma verdade. Essa aspiração de mostrar ou contemplar a verdade em si, sem mais, é anterior a Cavijero e a Ranke. Veja-se Cavijero, *Historia antigua...* p. xii; para Ranke remeto a Zermeño, *A cultura moderna de la historia*, pp. 77-110, para “A metafórica da verdade nua veja-se Blumenberg, *Paradigmas para una metaforología*, pp. 105-123.

do gosto crescente pelas antiguidades e ruínas arqueológicas (Fascination der Antike, 1996). Esta fascinação que engloba a Itália, Grécia e Egito permite a Pedro Márquez refletir sobre a relatividade da história e o leva a uma consideração que se assemelha bastante às que realiza na Alemanha autores como Winckelman e Herder, e que chegaram até Ranke:

De tantas nações que cobrem nosso globo, não há nem sequer uma que não se acredite melhor que as outras, assim como não há coisa mais vulgar entre os habitantes da terra do que o rir-se um do outro quando escutam que este fala um idioma que não é o seu nativo: efeito da ignorância vista ainda em muitos que se tomam por doutos e sensatos. No entanto, o verdadeiro filósofo, assim como não admite semelhantes opiniões, tampouco as rechaçam todas em conjunto. Ele é cosmopolita, tem a todos os homens por compatriotas e sabe que, o exótico que qualquer idioma pareça, em virtude da cultura pode ser tão sábio como o grego e que qualquer povo, por efeito da educação, pode chegar a ser tão culto como o que mais acredita sê-lo. No tocante à cultura, a verdadeira filosofia não vê incapacidade em nenhum homem porque tenha nascido branco ou negro, ou porque tenha sido educado nos pólos, ou na zona tórrida. Proporcionada a conveniente instrução (assim o demonstra a filosofia) em todos os climas o homem é capaz de tudo (Marques, [1804] 1994, p. 20).

57

Além de circular entre os eruditos, a palavra história se difunde em espaços de diversão e entretenimento com o objetivo de deleitar e prover também alguma lição moral. Assim, em 1805 é do gosto público a encenação de dramas históricos recentes ou remotos, muito mais quando se trata de eventos que estão comovendo o mundo. Assim o deixa ver um autor em 1805 “Não há dúvida, parece atrevida a empresa do moderno escritor. É difícil formar um Drama histórico, e ainda mais de passagens recentes”. Só se exige que a representação contenha uma “parte alegórica verossímil, sem opor-se à verdade, antes, dando realidade aos caracteres, segundo seus gênios e feitos; resolvendo sobre eles a conclusão de lances, liberando-os de insipidez e violência”. Tem-se a consciência de que os “feitos dos grandes homens elevam o espírito das gentes instruídas, ocupam um lugar distinto na fantasia, excitam agradáveis ilusões, enchem de nobreza o pensamento, corrigem as paixões, e proporcionam um recreio tão agradável como proveitoso... Elevada a humanidade ao sublime grau que merece, incita imitar, fazendo conhecer o preço da virtude...” (Gavilán em Teixedor, 1805, 349). Porque pede o público, mas também graças aos mecenas das letras, a arte dramática tem melhorado.²⁰

A história como conceito político

A produto de impressos novohispanos durante o lapso 1808-1821 deixa ver crescentemente o predomínio da observação do presente sobre o estudo do passado. Aparece o historiador como testemunho presencial dos fatos e como recompilador de documentos antigos e modernos. A consignação das

²⁰ Fernando Gavilán, Prospecto Do Nuevo Drama Heroico Original Em Tres Actos: Bonaparte Em El Paso Do Adige, Y A Batala De Arcóle. Su Autor FG, Asentista y Galan primero do Teatro de esta Ciudad, donde ha de representar el día 21 do corriente Octubre. A Beneficio De Su Apuntador Mariano Ara. Puebla de los Angeles. Ano de 1805 Teixedor, Adiciones, p. 350.

efemérides se relaciona com as mudanças políticas do momento, com as reações em Nova Espanha frente à crise geral originada na invasão napoleônica em Espanha (1808-1810) e o desaparecimento da figura do rei. Os militares e as guerras ocupam um primeiro pano, assim como os dilemas e o conflito social originado com as “revoluções” de independência. Para julgar os acontecimentos do presente crescentemente se deixa o jogo de analogias entre o passado e o presente, e se recorre cada vez mais ao “Tribunal da Razão” ou da posteridade. Os prognósticos de futuro, no entanto, podem todavia reger-se pelo movimento dos astros ou também mediante a leitura de seus signos através de aparições religiosas.²¹ Mas a questão do vazio do poder real ocupa um primeiro plano, e no passado não é fácil encontrar agora um exemplo similar aos eventos do presente para receber uma orientação.

Em relação com o discurso da história podem aparecer os seguintes títulos: “Prognósticos temporais deduzidos dos aspectos planetários ocorridos em 1809”; “Prognóstico da felicidade americana, justo regozijo do México, natural e devido desabafo de um espanhol americano pela feliz chegada a estas Províncias do Exmo. Francisco Xavier Venegas, vice-rei de Nova Espanha” (1810). “História dolorosa, dividida em sete cantos. Em que se vê a acérrima Paixão e Morte de nosso Redentor...” (1809); “Relação histórica e moral da portentosa Imagem de N. Sr. Jesus Cristo... aparecida em uma das covas de Chalma...” (1810); “Ideia histórica dos principais acontecimentos ocorridos em Zaragoza durante o último sítio” (1809) (Impressos Novohispanos, 1990). A política do dia tende a ocupar o primeiro plano de atenção e o futuro que se torna incerto busca ser prognosticado, em especial em relação com a crescente confrontação “entre espanhóis ultramarinos e americanos” (Bautista, 1810).²² E no interior da Universidade, Agustín Pomposo Fernández de Salvador, reitor da mesma, pronuncia um discurso em torno ao temor pela desunião entre espanhóis e novohispanos (1810).²³

Mas o discurso da história se produz também fora da Nova Espanha. Muitos escritos (como o já mencionado de Cavijero e outros ex-jesuítas) emergem da condição do exílio forçado ou da perseguição. E, para alguns, Londres se constitui, desde fins do século XIX, em um lugar propício para difundir histórias ou argumentos relacionados com os agravos cometidos pelas autoridades espanholas a personagens provenientes dos vice-reinos americanos. Além do peruano Juan Pablo Viscardo e Guzmán, famoso por sua *Carta aos americanos espanhóis* de 1799 (difundida e utilizada pelo General Francisco Miranda, situado também em Londres, e mais tarde em Venezuela durante a guerra de independência a partir de 1810), Frei Servando Teresa de Mier, frade

²¹ Impresos Novohispanos 1808-1821, p. 875. (Joaquín Sardo, Reacción histórica y moral de la portentosa Imagen de N. Sr. Jesucristo...aparecida em una de las cuevas de Chalma...1810.

²² Juan Manuel Bautista, “Discurso sobre los males que puede causar la desunión entre españoles ultramarinos y americanos...escribalo, doctor em teología”, Imprenta de Arizpe, 1810), Impresos Novohispanos, pp. 666-7.

²³ Impresos Novohispanos, p. 697, “Memoria cristiano-política. Sobre lo mucho que la Nueva España debe temer de su desunión em partidos, y las grandes ventajas que puede esperar de su unión y confraternidad”.

dominicano, publica em Londres em 1813 sua *História da Revolução de Nova Espanha, antigamente Anahuac*, escrita durante o terremoto político causado pela invasão napoleônica do território espanhol e, sobretudo, pelo vazio deixado pela ausência do Rei:

O 15 de Julho de 1808, foi o infausto dia em que a Nova Espanha (chamada Anáhuac antes da conquista) olhou atônita que a antiga estava ocupada pelos Exércitos Franceses e seus Reis sem liberdade em Bayona: e no 16 se publicaram as gazetas de Madri, do 13, 17, e 20 de maio que continham sua renúncia a favor de Napoleão, e a obediência dos Conselhos e tribunais da Corte a Murat como Lugar-tenente Geral do reino... (Mier, [1813], 1990, 1).

Assim começa o relato de Mier que se caracteriza por fazer da história um tribunal de justiça. O autor segue as leis da história tradicionais ao tentar oferecer os elementos para explicar em termos causais a origem da "revolução" (sinônimo de levantamento violento) em Nova Espanha. O faz aportando provas e testemunhos das partes em conflito. E na mente tem como modelo a história de Tucídides que convida a leitor a situar-se como se fora o espectador em um teatro, fazendo intervir as vozes dos diferentes atores de um drama. Mier a denomina "história apologética" porque sua intenção é vingar o Vice-rei Iturrigaray injustamente destronado por uma facção de sediciosos "europeus". A representação dos feitos se realiza simultaneamente fazendo um corte transversal (um presente-passado cujo desenlace permanece em aberto) e um corte longitudinal (que faz da Conquista o referente explicativo da narração dos eventos sucedidos entre 1808-1813). Há uma espécie de marca original (a relação ruim entre os conquistadores e os membros da Audiência, entre os filhos dos conquistadores nascidos na América e os funcionários espanhóis soberbos e adventícios) determina a narração de uma situação que se tornou insuportável. Trata-se da descrição de uma revolução justiceira que busca fazer respeitável a legalidade perdida (as leis das índias). Desse "lugar" o evento central (a queda de Iturrigaray) vai sendo revelado. O escrito, por isso, tenta dar fundamento jurídico a uma "revolução" que não busca senão superar o abismo aberto com a perda do rei legítimo, Fernando VII.

A partir de 1820 se generaliza a noção de história como um conceito político-jurídico. Um flagrante paradoxo está simbolizado na autocoroação de Napoleão como imperador em 2 de dezembro de 1804 na igreja de Notre Dame, que deixa ver um fato inédito: faz que sua autoridade emane apenas de si mesmo fazendo surgir as autoridades tradicionais (dinastia, herança, papado) só como espectadores. O ato simboliza a aparição de um sentido da história que só se deve a si mesma, que se outorga o direito de inaugurar novas tradições, novas leis. Significa que o passado começou a deixar de informar o presente, que sua normatividade foi desativada pelo poder do trono imperial ou da Nova realeza. A partir desse momento o espírito reformista invade a sociedade inteira. A "constituição" deve dar forma ao novo Estado. A questão difícil é saber si com esta quase de ações se inaugura uma nova ordem de temporalidade ou esta

tem outro curso. Porque, muito cedo, em 1814 a monarquia será restaurada, mas também logo a ordem constitucional estabelecida em Cádiz em 1812 será restaurada em 1820. Em todo caso, tudo isso revela a entrada em um território de constante mudança e instabilidade.

Mas é nessa situação “Nova” que paradoxalmente a *história* começará a ter uma centralidade que não teve anteriormente. Será dotada quase de um poder demiúrgico, equiparável talvez só ao que pode seguir tendo em outros espaços a pastoral eclesiástica. Esta importância pode documentar-se em um escrito de 1822. Juan María Wenceslao Barquera, pouco depois da *Declaração da independência do México*, publicou *Lições de política e direito público para instrução do povo mexicano*, (facs., México, DF 1991, 1a ed. 1822) no qual pergunta-se sobre as relações entre política e história. Em um presente caracterizado pela transição e a instabilidade política pergunta-se se a história tem algo a ensinar. Isto ocorre ao mesmo tempo que funcionários como Lucas Alamán se interessam em conservar os arquivos novohispanos herdados e eventualmente, como Carlos María Bustamante, em recompilar e difundir materiais de um passado estigmatizado a partir de agora sob o sintagma de “os 300 anos de opressão”. A negação do passado colonial aparece como a condição política necessária para fundar uma Nova história.²⁴

O escrito de Barquera manifesta uma tendência que marca ao vocábulo história nas três décadas seguintes. Não há boa política sem história, mas tampouco história sem política. Este axioma lembra o Jovelanos de 1780:

...o conhecimento do direito e da história são os dois guias sublimes da política, porque um prepara as noções do justo e do injusto, e a outra apresenta os feitos que devem servir de *exemplo à conduta dos homens*, pois quando se trata de estabelecer uma lei, a ciência do direito *raciocina e desenvolve os princípios*, e a *história refere os fatos* que talvez comprovem a boa prática daqueles.

Assim o político pesa as razões e os exemplos, examina as vantagens ou seus inconvenientes, e se resolve por fim guiado pela *razão, ou pelos fatos*, ou por um e outro, ou por nenhum, porque nem sempre o melhor é o mais conveniente na arte de governar.²⁵

Um novo contexto político reabre a questão se é ou não possível escrever uma história imparcial não identificada com algum dos partidos ou facções em luta. Esta discussão não pertence exclusivamente ao campo da história, domina também no vasto mundo da “opinião pública”, domínio no qual se exige também imparcialidade e amor à verdade sobre qualquer outra inclinação.

Um dos protagonistas dessa encruzilhada político-histórica é também Carlos María Bustamante. Ele se esforça em constituir-se no novo Bernal ou cronista oficial da Nova República. Fica obcecado por consignar seletivamente os fatos por escrito, inclusive os estados do clima de cada dia. Nem todo documento

²⁴ Uma ampliação dessas ideias encontram-se em meu ensaio “Apropiación do passado, escritura de la historia y construcción de la nación em México”, Guillermo Palacios (coord.), *La Nación y su Historia*.

²⁵ Barquera, *Lecciones de política y derecho público para instrucción do pueblo mexicano*, (1822), 1991, p. 59-60, citado por Roldán, “Os libros de texto de historia de México”, *Historiografía Mexicana*, p. 492-3.

é chave para qualquer história. Em relação com a revolução de independência há ações militares dignas de recordar, outras nem tanto. Também há documentos do presente que merecem ser conservados por sua importância futura. Publicam-se documentos que serão de interesse para a história que se está desenvolvendo. Põe-se a vista fatos, documentos, peças que logo serão partes de uma história futura. Há documentos (provas) que podem influir a favor ou contra a fama de um indivíduo ou povo "(frente) o tribunal da história". Com esta consciência de um futuro incerto, por exemplo, Iturbide dá provas "à história" de sua vontade de serviço à pátria. Assim, toda ação política no presente adquire sua valoração positiva/negativa frente à história futura.

Ao mesmo tempo, pode-se discorrer sobre o que está acontecendo com base na memória histórica pré-fabricada. A história de Roma pode iluminar a situação da recém nascida república mexicana. Discute-se a abolição da escravidão evocando a história do tráfico de negros pela Espanha, a luz de um texto clássico encontram-se semelhanças com personagens no presente. A história pode adquirir também a forma política de "manifesto histórico". Escreve-se, por exemplo, sobre a história do império efêmero de Iturbide. A maneira trágica ou cômica como se realizam as ações históricas é motivo argumentativo que pode provocar riso, lamento, entretenimento ou gravidade para as gerações futuras. Haverá personagens que passarão à história (serão memoráveis) por suas ações equivocadas ou acertadas. A história segue sendo um saber: há aqueles que ficaram sabendo do que se passou (autenticamente) por haverem estado presentes ou porque lhes foi lido, e há aqueles que ignoram a história como Iturbide. Há quem disserte sobre a história para ressaltar as excelências de um povo desde sua antiguidade, como o padre Mier. O fazem a partir do que foi estabelecido no livro da história.

61

Toda história tem um princípio e um final. Na história que se escreve constam os acontecimentos que se acreditam aconteceram e podem acontecer. Bustamente, também como Tucídides, se apresenta como testemunho presencial dos fatos e como amanuense ou escrivão ao serviço da história. Mas agora se distinguirá mais claramente a história sagrada da história civil ou profana. Esta última se constitui como o lugar no qual aparecerão os homens sendo julgados por eles mesmos. Adquire um estatuto próprio com maiúscula – história geral – que tende a separar-se da teodicéia. Só os homens podem ser julgados pelos homens: a *História* é o último juízo do homem sobre si mesmo. A história que registra, escreve Bustamante, está dedicada, já não ao príncipe civil ou eclesiástico, mas à nação. Busca ser o reflexo de suas conquistas e de suas desgraças na marcha de sua emancipação. Assim, na história eclesiástica, se adverte que também Roma não tratou bem os "americanos". No Congresso, por iniciativa de Mier, discute-se a vinda do Apóstolo São Tomás, baseada em "documentos", como um fato essencial. Seu não reconhecimento poderia ter consequências graves. Mas, sobretudo, a história está em marcha, é um processo aberto. Como em um folhetim, Bustamante, de um dia para outro, informa que "amanhã" se continuará com "a história dos últimos acontecimentos

de Tabasco".²⁶

Aprofunda-se, então, uma noção de história como "juízo final" exercido pelos seres humanos. Com isso se indica que, no marco das transformações políticas e sociais, vai-se operando uma ressemantização do vocábulo história. Esta mutação implica aprofundar a separação entre uma história exclusiva de Deus (a história sagrada e eclesiástica) e a história natural e moral, pertencente ao ser humano, já situado nesta como um observador privilegiado de seu próprio acontecer. Ao mesmo tempo se desenvolve a história como uma unidade dentro da diversidade de múltiplos atos humanos segundo se trate de política, economia, costumes, arte, etc.

As histórias são publicadas para serem lidas. Mas nem todos têm acesso imediato a seus livros. Isso só nos indica que durante este período vai se conformando também um mercado editorial em busca de novos leitores como as mulheres e os jovens. A história é o relato de coisas verdadeiras, mas frente ao leitor se obriga a incluir uma moralização, um ensinamento para melhor guiar-se em um presente incerto. Constitui-se em um tesouro de experiências ali onde o presente não oferece modelos idôneos para serem imitados. Nesse sentido, durante este período se mantém o espírito da velha história "mestra de vida", mesmo que esteja ela circunscrita a épocas mais recentes. Para Bustamente, que conta a história de cada dia, seu passado preferido é o século que acaba de terminar. Nesse contexto aparece e se consagra o neologismo *história contemporânea*.

62

Aparição e predomínio da *história contemporânea*

Esta expressão se encontra simultaneamente em diferentes países, México, Argentina e inclusive no Peru já em 1812: a história dos últimos anos é mais generosa em ensinamentos que toda a história anterior. Sua aparição em si mesma expressa a distância que separa seus portadores da experiência de outros tempos, e deixa ver a perda de aura das histórias remotas, renascentistas ou medievais. Esta Nova experiência vai lançando as bases para observar a desaparecimento da história como um mero "saber" e sua transformação em uma "ciência". Isto só é possível na medida em que o passado já não é capaz de modelar o presente. Assim se deixa ver na obra do escritor espanhol Francisco Martínez da Rosa (1835-1851) para quem a única história capaz de ensinar algo é a história contemporânea, e dentro desta a história de corte político e militar.²⁷

Que a palavra história se associe em primeira instância com o direito e a política não significa que não haja outra classe de histórias, todas úteis e relevantes ao dedicar-se a esclarecer a origem dos problemas contemporâneos. Ao mesmo tempo se desenvolve uma história-diário e exemplar, curiosa de todo o humano. O passado é uma recordação constante no presente que assinala

²⁶ As referências são retiradas de Bustamante, *Diário Histórico de México*, 2001/2003 (CD-1 y CD-2).

²⁷ Citado em Chacón, *El concepto de historia em España*, 2007. Pode-se consultar também meu artigo, "Historia, experiencia y modernidade em Iberoamérica, 1750-1850", *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*, 45/2008, pp. 113-148.

uma linha divisória entre o um e o outro. Assim, um enviado de uma Companhia mineradora desembarcado no porto de Alvarado em 1825 lembrou-se de Juan de Grijalva quando este em 1518 descobriu restos de sacrifícios humanos. Pensando nele imaginou a possibilidade de “poder desenterrar algum crânio de homem morto anteriormente ao contato com os europeus”, dirigindo-se para isso à ilha dos Sacrifícios. Mas suas esperanças foram em vão ao não encontrar mais do que sepulcros abertos com cinzas, “seus ossos já não existiam”. Só tropeçou com pontas de flecha de obsidiana, cabeças de barro, etc. (*El Iris* I, p. 20-21).

O livro de história, nesse sentido, já está escrito, mas pode corrigir-se à luz de novos achados: o saber histórico é perfectível mediante um espírito inquisitivo (*El Iris*, 1826, I, p. 31). A história como um saber progressivo tem a função de ilustrar e não tanto de ensinar. Corrigem-se verdades que não eram certas. “O Sr. Druetti acaba de descobrir os papiros que se achavam dentro de um vaso de terra bem fechado sobre a tumba enterrada na areia, perto das pirâmides de Saccara no Egito. Estão escritos em caractere *Neskito*, cuja invenção se atribuía a Ebn Molka; mas pela data que trazem, anterior a seu nascimento, já não se pode lhe conceder esta honra” (*El Iris*, I, p. 31).

Trata-se de um saber que não está garantido de antemão. Assim, a *história contemporânea* adquire um estatuto próprio em relação com a de outros períodos: Antiguidade, Idade Média e Moderna. “Na imensa carreira de vicissitudes que percorreu o gênero humano, talvez não haja época mais fecunda em acontecimentos extraordinários e lições terríveis para a posteridade, do que a primeira quarta parte do século XIX” se escreve no semanário *El Iris* em 1826. “A história deste período é um compêndio da história do mundo, continua, Nações que saem da nada, outras que desaparecem; cidadãos que conseguem coroas, coroados que perdem a cabeça; povos escravos que recuperam seus direitos, povos livres que se deixam carregar de cadeias, princípios co-nstitutivos...” (*El Iris*, I, pp. 39-40). E depois de tantos vai e vem, “naufrágios e salvamentos, ¿haverá piloto da nave de um estado que não deva conhecer os escolhos do pélagos que está navegando, e que conhecendo-los não saiba evitá-los?” pergunta-se o articulista (*Idem*, 40). E não pode ser mais enfático:

Quando o século é tão abundante em lições e desenganos espantosos; quando as nações do continente antigo, depois de ter visto um relâmpago de liberdade, volta gemer sob o cetro de ferro de seus tiranos, e mais oprimidos que nunca; quando se movem os mesmos molas, e se acendem as mesmas fogueiras em que se forjaram os grilhões da Europa, para acorrentar a América.... Ai da América se não aproveita o estudo da *história contemporânea*! (*Idem*, p. 42).

A aparição desta noção no vocabulário da década de 1820 não suprime o axioma clássico ciceroniano da *Historia Magistra vitae*. Mas deixa ver que enquanto o futuro se alargou, o passado tende a estreitar-se como depósito de experiências úteis para o presente. Ao surgir uma nova nação (“e sobre todo se esta foi colônia”) a lição mais importante “é que quanto mais se afasta do estado

de coisas, das ideias, das circunstâncias que operavam sob a antiga dominação, mais afastará a possibilidade de sua volta e dará fundamentos mais sólidos a sua independência. Uma colônia emancipada, deve, pois, levantar quantas barreiras possa, entre ela e o país de quem reconhece sua fundação. Os novos Estados da América colonizados pelos espanhóis... devem apartar-se de uma ordem de coisas que os assemelha com seus antecessores (os restos de superstição e de fanatismo), a fim de que feitas nações do todo distintas, se achem impossibilitadas absolutamente de sofrer a simples ideia dos tempos passados" (El Iris, 1826, I, 83). O presente é apenas a linha que separa o passado do futuro. O passado pode seguir cumprindo uma função magisterial, mas agora está guiado pelo desejo de um futuro distinto do passado. Ao menos estas percepções estão presentes nos redatores do *El Iris*.

Aparece a vontade de esquecimento do passado para gerar um país novo. Este desejo implica também a necessidade de transformar a linguagem : "...o homem livre deve falar como livre. A língua castelhana pouco se adapta ao estilo republicano" (*Idem, Ibidem*) Por isso: "Mexicanos: reformem vosso estilo; corram às fontes da verdadeira eloquência. Estudem em Tucídides, Demóstenes, Hume e Robertson o modo de expressão das nações soberanas. Escrevam em castelhano, mas que as frases do terror, e os rodeios da sujeição se desterrem de vossas páginas". Por meio da educação se suprimirá da juventude "o exemplo de pais corrompidos (de seus maiores) ou embrutecidos por trezentos anos de escravidão. Eduquem-se nas armas, a nos exercícios ginásticos e no trabalho. (...) Novos portos, novos caminhos, novas reações comerciais, põem individualmente os homens em situações em tudo diferentes das preexistentes, borram insensivelmente no vulgo as impressões da infância e o desejo de vê-las reproduzidas" (*Idem, 82-4*).

64

A história como filosofia da história

Até aqui parece que o político e o social, mais do que as linguagens puras, são detonadores da necessidade de buscar novas fórmulas linguísticas para descrever as novas situações. Por outro lado, o surgimento do novo conceito de história na Alemanha relaciona-se com uma reação germânica de busca das origens frente à influência latina (Herder). De fato a *Historie* tende a ser substituída pela palavra alemã *Geschichte*. Não parece encontrar-se uma reação similar em nossa língua. Inclusive o abandono do latim como língua franca e a recuperação e disseminação das línguas vernáculas passam indefectivelmente pelo filtro ou marcas impressas do latim.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a aparição de uma nova noção de história obedece à necessidade de enfrentar os novos problemas do exercício e representação da autoridade pública. Para o caso da "opinião pública", ela torna-se o substituto da ausência do soberano ou cabeça do organismo social. No caso da "história", ela se apresenta como uma forma de responder a um futuro incerto, um futuro que deixou de se pautar no social e no político – não é assim no religioso, embora seja previsível que o religioso, a experiência religiosa, também

será afetada – com base nos exemplos do passado ao modo ciceroniano. Trata-se de uma conjuntura social e política na qual o passado mesmo tornou-se questionável e, portanto, deixou de ser modelo de imitação. Mais especificamente, o novo conceito de história surge como uma reação contra a história humanista plasmada no período do renascimento, por um lado, e, por o outro, como uma reação historicista às verdades da história sagrada.

Neste processo aparece a crescente importância que terão as ciências experimentais ou da natureza; (Hazard, 1988) fato que implica a perda da aura mágica ou sagrada que a natureza todavia possuía como a obra criadora de Deus. A história natural, sustento da física, cumprirá dentro desse processo um papel primordial, entendida como a capacidade para contemplar a natureza regulada por princípios objetivos. Esta capacidade desenvolvida inicialmente entre os naturalistas se traspassará logo ao âmbito da observação da natureza humana, uma natureza não inata ou imutável, mas perfectível. Esta transposição do âmbito natural ao histórico possibilitará o desenvolvimento de uma história sem mais ou “história geral” (Voltaire), cujo fundamento deixa de ser externo ao próprio devir histórico. A história aparece então como um processo regulado a partir de si mesma e, portanto, só compreensível a partir de si mesma. Um movimento, é verdade, já está anunciado em Vico.

A incorporação da noção secularizada de progresso associada ao vocábulo história implica a conversão da história moral tradicional em uma história natural regulada por leis. Em 2 de abril, há meio dia no salão de atos da Universidade se deu a inauguração do “Instituto nacional”, ao som de música militar. O secretario leu a lista de sócios e em seguida C. Andrés Quintana pronunciou um “excelente discurso no qual apresentou um quadro filosófico da história, progressos e vicissitudes do saber humano, concluindo com a análise do estado atual das luzes europeias e os motivos poderosos que devem realizá-las na América”. Esta nota foi feita por Heredia, que com Barquera e Tagle apresentaram três composições poéticas (El Iris, I, 97). É inútil querer opor-se ao “curso natural das coisas”, “querer fazer girar ao revés a roda da ilustração” (*Idem*, 41-2).

Entre 1826 e 1836 (ano da publicação da obra de José María Luis Mora) se consagra o neologismo *história contemporânea* e se lançam as bases do desenvolvimento de um relato que deve dar conta não apenas do passado, mas também do futuro da nação: de uma história filosófica. Mora é a expressão mais articulada deste modo “filosófico” de estar na história e de escrever sua história. Mora elabora, nesse sentido, o primeiro relato teleológico da história do México a partir de um conceito esvaziado de seu conteúdo providencialista. O homem como gênero humano aparece dono e escravo, ao mesmo tempo, de um destino prefixado, não inspirado salvificamente, mas alentado por um futuro promissor de felicidade. Um conceito de história secularizado (Mora, 1977, 470-1).

Mora esgrime um conceito de história em boa medida já presente no discurso da economia política do viajante e homem de ciência alemão Alexander von Humboldt. (Mora, 1836, I, 470-1; Humboldt, 1805). Não aparece a fórmula

pedosa da história como mestra dos tempos. E não aparece porque em seu diagnóstico final prevalece a noção de crise ou estado transitório, o passado é irreversível, não se pode voltar atrás, nem tampouco se tem a certeza do que vai acontecer. É a formulação mais próxima a um enfraquecimento do conceito clássico da história. Mas é provável que isso apareça em Mora por sua identificação com a obra de Humboldt. O que diferencia Bustamante de Mora é, como disse este, o princípio ou fio que une o conjunto dos fatos, "única garantia da verdade". Frente a este conceito de história, a de Bustamante é uma história míope, contraditória, mescla de verdades e de fábulas; (Mora, 1977, III, 9) fábulas "insossas e vãs" que não levam a nada, além de serem financiadas pelas câmaras e pelo governo, coisa difícil de entender, termina Mora (*Idem*, II, 12).

A aparição de *México e suas revoluções* coincide com o estabelecimento da Academia Nacional da Língua e da História em 23 de março de 1835, (Dublán e Lozano, 1876, III, 36) no tempo em que nos lugares de ensino se mantém a cátedra de história eclesiástica (*Idem*, 20-2). Por outro lado, o governo manifesta seu interesse em ilustrar a história da nação "purgando-a dos erros e das fábulas que se encontram nas que foram escritas até aqui, e desejando igualmente que se escrevam a que não temos dos trezentos anos da dominação espanhola, pois tudo o que foi escrito sobre ela, se reduz a uma simples nomenclatura dos vice-reis e prelados eclesiásticos que governaram no espiritual e temporal..." Para tal fim deverá reunir "todos os documentos originais, obras inéditas, e as que se acham publicadas até aqui relativas à história do México". Entre os membros desta associação nacional se encontram Bustamante, Alamán, Mora, José Gómez da Cortina, Lorenzo Zavala, José María Tornel, Agustín Torres Torija, José José María Heredia, Francisco Sánchez de Tagle, Rafael Oaguibel, Isidro Rafael Gondra e Joaquin Pesado (*Idem*, 36-7). Finalmente, o programa dessa História geral de México foi desenvolvido por Lucas Alamán (1849-1852).

Assim, na década de 1830 se inicia propriamente o esforço por consignar a história da nova nação, que culmina nas duas décadas seguintes com a publicação de obras como as de Lucas Alamán e as do *Dicionário Universal de História e de Geografia* (1853-1856). Mas cabe lembrar que já em 1844 apareceu na imprensa periódica a primeira menção em que se refere explicitamente à história como uma "ciência de primeira ordem". E entre suas figuras representativas aparece Ranke, uma contribuição "de nosso século" se lê. O contexto dessa aparição da história como ciência, já não como uma arte, está no marco do ciclo de conferências sustentadas por Lucas Alamán no Ateneo.²⁸ Muito cedo, em 1852, Ranke será exibido como um brilhante escritor, o qual apesar de ser "protestante" consegue ser imparcial no momento de referir-se a questões relacionadas com a Igreja católica. O "historiador do futuro" representado por Ranke que escreve com a moderação (sobriedade) e imparcialidade,

²⁸ El Registro Oficial. Periódico do Gobierno de Durango do Departamento de Durango, 21.07.1844, pp. 3-4.

está em germe (El Universal, periódico independiente, 1852).

A coexistência de uma linha clássica e outra moderna tende a perder-se no momento em que se desenvolve um discurso filosófico da história; ou seja, quando a história emerge no horizonte como problema. É evidente que se os autores não experimentam a história como ruptura, então se privilegiará a ideia de uma continuidade entre passado e presente, condição para que o discurso histórico cumpra uma função magisterial e pedagógica. Talvez Sarmiento em Argentina seja o caso mais nítido que mostra a transformação semântica da história. Ao ser nomeado diretor de História do *Ateneo del Plata*, Sarmiento declara:

[...] chegamos a épocas definitivas em que as sociedades tomaram assento, como o viajante que descansando sob o teto doméstico, volta retrospectivas vistas para o caminho que andou. *Nós escrevemos a história marchando.*²⁹

Esta declaração está descrevendo de maneira contundente a nova experiência da temporalidade. A história, orientada em princípio diacrônicamente, terminou por sincronizar-se com o espaço a partir de onde se escreve.

Para concluir: Os processos de independência e “os 300 anos de opressão”

De acordo com o estudo de Koselleck até 1800 pode-se observar na língua alemã uma interseção linguística: a criação de um conceito sintético *a priori* que traça uma diferença com a forma clássica de coordenar o tempo. Há um lapso em que se interceptam a *Geschichte* – a história como acontecer refletido nos acontecimentos (*Ereignisse*) – e a *Historie*, entendida como informe e representação verbal ou escrita dos acontecimentos. Ou seja, a história como um saber do passado apropriado para ilustrar o presente (*magistra vitae*) fundi-se com o acontecer mesmo, de modo tal que o futuro tende a nutrir-se do presente, mais que do passado distante. A fusão do acontecer com o saber no presente se faz manifesta no termo *Geschichte* como um singular coletivo (a história), deixando para trás a forma plural das *Historien* tradicionais. Em minha opinião, o mais importante na tese de Koselleck radica em mostrar que com a aparição do neologismo *História* (*Geschichte*) – que implica ao mesmo tempo saber da história e fazer a história – aparece a formação de uma nova experiência de temporalidade ou forma de coordenar as relações entre passado, presente e futuro.

De acordo com o nosso estudo, parece que no México esta “experiência” ocorreu no lapso entre 1808-1823, coincidente com a instalação das Cortes de Cádiz e a Declaração de independência em 1821. Mas, diferentemente do caso alemão, parece que esta “experiência inédita” se deveu menos a um movimento intelectual e mais aos movimentos sociais e políticos que acompanharam a desarticulação da monarquia espanhola em solo americano. Assim, seriam as

²⁹ Domingo F. Sarmiento, “Espíritu y condiciones de la Historia em América” (Memoria leída el 11 de octubre de 1858) em *Obras Completas* t. XXI (Buenos Aires, Luz Do Día, 1949) p. 87, cursiva minha. Em Wasserman, *Entre Clio y la Polis*, 2008, pp. 100-107.

transformações políticas que detonariam as transformação semânticas da história, sem haver propriamente uma elaboração intelectual. É evidente que a cronologia dessa transformação pode variar dependendo dos critérios aplicados. A luz de uma história econômica e das ideias, por exemplo, as modificações sociais remetem a antecedentes ou causas próximas descobertas no período das reformas borbônicas ou etapa do “melhoramento das artes e das ciências”. Essas medidas funcionariam como fator determinante para romper as lealdades tradicionais entre os súditos e a Coroa, cujo efeito causal seriam os movimentos de independência. Da perspectiva da história conceitual esta versão é questionável ao não detectar-se nas linguagens da época - antes, durante e depois das independências - uma relação causal aceitável entre o antes e o depois. Encontra-se, ao contrário, uma construção *ex-post-facto* daquele período como precursor do que virá depois. E é precisamente esta versão a que seria recolhida e magnificada pela historiografia nacionalista e profissional posteriores.³⁰ Esta versão, corresponde-se com o lugar a partir do qual autores como Viscardo e Guzmáncix e outros ex-jesuítas como Cavijero, ou o mesmo Mier, escreveram suas reclamações e denúncias, inspirados ao final nos textos de autores como Raynal, Montesquieu e Thomas Paine. Menos cara é a relação que existe entre estes e a maneira como se desenvolveram os eventos que deram lugar ao desmembramento do império espanhol. Se a análise puramente ideográfica enfatiza uma linha de continuidade entre o ontem e o hoje, pelo contrario, uma análise histórico-conceitual mostra que há razões para pensar que somente a partir de 1808, com as Cortes de Cádiz, (como efeito da invasão francesa em Espanha) aflora a possibilidade da criação de um novo espaço de experiência com implicações nos novos usos da história. A partir de então a história parece acelerar-se e o passado parece deixar de ser a luz esperada para o presente. Nessa medida os padrões clássicos de calcular o tempo tendem tornarem-se obsoletos. A relação entre o passado e o futuro tenderam a se deslocar.

Este deslocamento dará origem ao uso frequente da metáfora da orfandade: a “pátria”, o solo aonde se nasceu, ficou sem a “nação” dos pais. E esse vazio só poderá ser preenchido com outra história nacional, escrita em uma versão cujo solo está dado pelo gesto de ruptura ou separação do passado colonial estilizado na frase dos “300 anos de ignomínia e exploração”. Uma fórmula do ex-jesuíta peruano Viscardo (1799, 205), disseminada por Miranda acerca do império que exerceu sua dominação com grande “ferocidade por mais de 300 anos”. Esta expressão entra na moda durante as guerras de independência até ficar consagrada em alguns casos, como nos da Venezuela e México, na carta constitucional. E para nossa surpresa pode-se encontrar uma expressão similar de sinal contrário no campo espanhol. O espanhol Francisco Martínez Marina, representante nas Cortes de Cádiz, em dois textos de 1808 e 1813 se volta ao passado espanhol para resgatar tudo de bom que ali se encontra e que é resgatável para a construção de uma monarquia republicana

³⁰ Ver Lynch, “Las raíces coloniales de la independencia”, América Latina, entre colonia y nación, p. 163.

(Breña, 2006, 225-35). O anterior nos indica duas coisas: primeiro, o passado se tornou ambíguo para uns e outros (mexicanos e espanhóis) e, segundo, sob um duplo anacronismo de sinal contrário se inicia a construção de um novo regime de historicidade.³¹ O passado refletido no presente como um espelho começou a fragmentar-se.

Esta situação apresenta um paradoxo. Os três séculos que precedem 1789 não pertencem aos tempos modernos, mas a uma mancha. Este borrão e a nova contagem assinalam a anulação do passado como um passado exemplar e o predomínio do presente orientado para o futuro. Assinala a formação de um espaço de experiência que não foi alimentado previamente no campo das letras, mas recebeu seu impulso principalmente do campo da linguagem política e social. Esses 300 anos anteriores não se parecem em nada com o que apenas está nascendo e cujo desenlace é desconhecido para todos. O que sairá daí só se parecerá consigo mesmo: uma história em suspenso.

O que emerge dessa "borrão" é o programa de uma nova história que implicará o programa de formação de um novo tipo de historiadores a serviço da nação.

Bibliografía

ALAMÁN, Lucas. **Historia de Méjico**, 3 vols. México Editorial Jus, (1849-1852), 1942.

ALAMÁN, Lucas et Alii. **Diccionario Universal de Historia y de Geografía**. México, Tipografía de Rafael/Librería de Andrade, 1853-1856.

ALZATE, José Antonio. **Gacetas de Literatura de México**. 4 vols (DC/488). Puebla: Universidad Autónoma de Puebla, 1999. [1768]

_____. **Memorias y ensayos**. Edición e introducción Roberto Moreno. México: UNAM, 1985. [1788]

ARTIGA, Francisco Joseph. **Epítome de la elocuencia española**. Arte de discurrir, y hablar, con agudeza, y elegancia, en todo género de asuntos, de orar, predicar, argüir, conversar, componer embaxadas, cartas, y recados. Con chistes, que previenen las faltas, y exemplos, que muestran aciertos. 4ª impresión dedicada a Nuestra Señara del Pilar. Madrid: Viuda de Alfonso Vindéls, 1747.

BARQUERA, Juan María Wenceslao. **Lecciones de política y derecho público para instrucción del pueblo mexicano**. México: Impr, de Doña Herculana del Villar, Edición Facsimilar, México: UNAM, 1991. [1822]

BARTOLACHE, José Ignacio. **Mercurio volante con noticias importantes y curiosas sobre varios asuntos de física y medicina**. Intr. Roberto Moreno, México: UNAM, 1983. [1772-73]

³¹ Em meu artigo "Apropiación del pasado, escritura de la historia y construcción de la nación em México".

- BAUTISTA DÍAZ CALVILLO, Juan Bautista. **Discurso sobre los males que puede causar la desunión entre españoles ultramarinos y americanos.** México: Imprenta de D. Mariano Zúñiga y Ontiveros, 1810.
- BORJA GÓMEZ, Jaime Humberto. **Los indios medievales de Fray Pedro de Aguado.** Construcción del idólatra y escritura de la historia en una crónica del siglo XVI. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2002.
- BLUMENBERG, Hans. **Paradigmas para una metaforología.** tr. Jorge Pérez de Tudela Velasco, Madrid: Trotta, 2003
- BREÑA, Roberto. **El primer liberalismo español y los procesos de emancipación de América, 1808–1824.** *Una revisión historiográfica del liberalismo hispánico,* México: El Colegio de México, 2006.
- BUSTAMANTE, Carlos María. **Diario Histórico de México (1822-1848).** Josefina Zoraida Vázquez y Héctor Cuauhtémoc Hernández Silva (eds.), Ciesas/El Colegio de México: 2001/2003 (CD-1 y CD-2).
- CAPMANY, Antonio de. **Filosofía de la elocuencia.** Madrid: Imprenta de Antonio de Sancha, 1777.
- CAMPUZANO, Ramón. **Diccionario manual de la lengua castellana,** arreglado a la ortografía de la Academia Española y el más completo de cuantos se han publicado hasta el día, 2ª ed. Madrid: Imprenta de D.M.R. y Fonseca, 1852.
- CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. **How to write the History of the New World.** Histories, epistemologies, and identities in the Eighteenth-Century Atlantic World. Stanford: University Press, 2001.
- CASSIRER, Ernest. **Filosofía de la ilustración.** tr. Eugenio Imaz, México: Fondo de Cultura Económica, 1943.
- CASTORENA Y URSÚA - SAHAGÚN DE ARÉVALO. **Gacetas de México (1722-1742),** 3 vols.: Intr. Francisco González de Cossío, México: Secretaría de Educación Pública, 1949.
- COSERIU, Eugenio. **Sistema, norma y habla:** con un resumen en alemán. Montevideo: Universidad de la República, 1952.
- _____. **Introducción a la lingüística.** México: UNAM, 1990.
- COVARRUBIAS, Sebastián de. **Suplemento al Tesoro de la lengua castellana,** de D. Sebastián de Covarrubias, compuesto por él mismo. Pamplona, 2005. [1611]
- CHACÓN DELGADO, Pedro José. "El concepto de Historia en España (1750-1850)", **Araucaria,** Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, n. 17, 2007.
- CHARTIER, Roger. **Espacio público, crítica y desacralización en el siglo XVIII.** Los orígenes culturales de la Revolución francesa. Barcelona: Gedisa, 1995.

- CLAVIJERO, Francisco Javier. **Historia antigua de México**. Prol. Mariano Cuevas, México: Editorial Porrúa, 1974, 4ª edición. [1780]
- _____. "El juicio de la posteridad" (1776), **Artes de México**, n. 92, Diciembre 2008, p.
- DICCIONARIO DE LA LENGUA CASTELLANA. La Academia española, (Limpia, fija, y da resplandor), Madrid: Imprenta de Francisco María Fernández, 1843, 9ª ed.
- DICCIONARIO DE LA LENGUA CASTELLANA. Madrid: Hernando y cía. 1899, 13ª Ed.
- DOMÍNGUEZ MICHAEL, Christopher. **Vida de Fray Servando**. México: ERA/ CONACULTA, 2004.
- DUBLÁN Y LOZANO, Manuel y José María LOZANO. **Legislación mexicana o colección completa de las disposiciones legislativas expedidas desde la Independencia de la República**. México: Imprenta del Comercio, 1876.
- FASZINATION DER ANTIKE. THE GEORGE ORTIZ COLLECTION. Berlin: Staatliche Museen zu Berlin/ Preussischer Kulturbesitz, 1996.
- FLOREZ, Enrique. **Clave historial con que se abre la puerta a la historia eclesiástica y política**: descubriendo las cifras de la cronología y frases de la historia, para el fácil manejo de los historiadores. Con la cronología de los Sumos pontífices, y los emperadores: y breve apuntamiento, Madrid: A. Marín, 1749.
- GARRITZ, Amaya. **Impresos novohispanos (1808-1821)**. T. 1, México, UNAM, 1990.
- GAVILÁN, Fernando (1805). "Prospecto Del Nuevo Drama Heroico Original En Tres Actos: Bonaparte En El Paso Del Adige, Y La Batalla De Arcóle", Puebla de los Angeles, 1805, Felipe Teixedor, Adiciones a la imprenta de Puebla de J. T. Medina, México: UNAM, 1991.
- GÓMEZ de la CORTINA, José. **Diccionario de sinónimos castellanos**. México: Vicente García Torres, 1845.
- GONZÁLEZ PÉREZ, Rosario. "Sinomia y teoría semántica en diccionarios de sinónimos de los siglos XVIII y XX". <http://www.uned.es/sel/pdf/ene-jun-94/24-1-Gonzalez.pdf>
- HARTOG, Francois. **Régimes d'historicité**. Présentisme et expérience du temps, Paris: Éditions Du Seuil, 2003. (Existe traducción al español por la Universidad Iberoamericana, 2007).
- HAZARD, Paul. **La crisis de la conciencia europea, 1680-1715**, Madrid: Alianza, 1988.

- HORNERO-LUIS DE GRANADA. **Elementos de Retórica**, con ejemplos latinos de Cicerón y castellanos, de Fr. Luis de Granada, para uso de las Escuelas Pías, por el P. Calixto Hornero, 5ª impresión, Madrid: Imprenta de José Collado, 1815.
- HUMBOLDT, Alejandro von. **Ensayo político sobre el reino de la Nueva España**, 2ª. Edición corregida y aumentada, traducción de Vicente González Arnau, Paris: Casa de Jules Renouard, (1805), 1827.
- JOVELLANOS, Gaspar. **Discurso académico pronunciado por D. Gaspar Melchor** de Jovellanos en su recepción a la Real Academia de la Historia [*sobre la necesidad de unir al estudio de la legislación el de nuestra historia*] Madrid: febrero 4 de 1780.
- KOSELLECK Reinhart. **Futuro pasado**. Para una semántica de los tiempos históricos, Barcelona: Paidós, 1993.
- _____. **historia/Historia**, tr. Antonio Gómez Ramos, Madrid: Trotta, 2004.
- LEÓN PINELO, Antonio. **Recopilación de las Indias**, vol. II, México: Porrúa, 1992.
- LINATI GALLI, Claudio y José María HEREDIA. **El iris**. Periódico crítico y literario, (1826), (Semanao), 2 vols. Ed facs. México: calle de San Agustín n. 13 y librerías de Récio, Ackerman y Valdés, México, UNAM-IIB, 1986.
- LÓPEZ DE LA HUERTA José. **Examen de la posibilidad de fixar la significación de los sinónimos de la lengua castellana**. Madrid: 2ª. Edición, 1835. 1ª edición, Viena, 1789.
- LYNCH, John. "Las raíces coloniales de la independencia". En _____. **América Latina, entre colonia y nación**, Barcelona, 2001.
- MÁRQUEZ, Pedro. **De dos monumentos antiguos de Arquitectura Mexicana ilustrados por Dn. Pedro Márquez**. Roma: Edición de Juan A. Asencio, 1994. [1804]
- MENDIOLA, Alfonso. **Retórica, Comunicación y realidad**. La construcción retórica de las batallas en las crónicas de la conquista. México: Universidad Iberoamericana, 2003.
- MIER, Fray Servando Teresa de. **Historia de la revolución de Nueva España** antiguamente Anahuac o Verdadero origen y causas de ella con la relación de sus progresos hasta el presente año de 1813. Londres: Edición del CNRS/CEMCA/Universidad de Paris III-Sorbonne Nouvelle, Publications de la Sorbonne, 1990. [1813]
- MORA, José María Luis. **México y sus revoluciones**. Tomo I, II y III, Paris, Librería de Rosa/Imprenta de Everat. Edición introducida por Agustín Yañez, México, Porrúa, 1977. [1836]

- De NEBRIJA, Antonio. **Dictionarium**. Madrid: Manuel Martín, 1764.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre retórica**. Ed. y tr. de Luis Enrique de Santiago Guervós, Ed. Trotta, Madrid: 2000.
- NUÑEZ DE HARO Y PERALTA, Alonso. **Constituciones**. Madrid: Imprenta Madrileña, 1777.
- OEXLE, Otto G. **L'historisme en débat: De Nietzsche a Kantorowicz**. Tr. del alemán Isabelle Kalinowski. Paris: Aubier, 2001,
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la lengua castellana**, en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con las frases o modos de hablar, los proverbios refranes, y otras cosas convenientes al uso de la lengua [...]. Compuesto por la Real Academia Española. *Tomo primero*. Que contiene las letras A.B. Madrid, Imprenta de Francisco del Hierro, 1726.
- RITTER, Joachim, Ed. **Historisches Wörterbuch del Philosophie**, Vol. 3, Basel/ Stuttgart: Schwabe Verlag, 1974.
- RIVA PALACIO QUINTERO, Mariana. **La historia según un conde**. Las obras de José Justo Gómez de la Cortina, Tesis de licenciatura en historia, UNAM, 2002.
- ROLDÁN, Eugenia. "Los libros de texto de historia de México", Juan A. Ortega y Medina y Rosa Camelo, coords., **Historiografía mexicana**. Vol 4. En busca de un discurso integrador de la nación, 1848-1884, Mexico: UNAM, 1996.
- SEGURA, Jacinto. **Norte Crítico con las reglas más ciertas para la discreción en la historia y un tratado preliminar para la instrucción de históricos principiantes**. Valencia: Joseph García, 1733.
- SARMIENTO, Domingo. Espiritu y condiciones de la Historia en América (Memoria leída el 11 de octubre de 1858) en **Obras Completas** t. XXI. Buenos Aires: Luz Del Día, 1949.
- TEIXEDOR, Felipe. **Adiciones a la imprenta de Puebla de J. T. Medina**. México: UNAM, 1991.
- TERREROS Y PANDO, Esteban de. **Diccionario castellano con las voces de ciencias y artes y sus correspondientes en las tres lenguas francesa, latina e italiana**. Vol. 2 Madrid: Imprenta de la viuda de Ibarra e hijos y compañía, 1768-1788.
- TORQUEMADA, Fray Juan de. **Los veinte y un libros rituales y Monarquía Indiana, con el origen y guerras de los indios occidentales, de sus poblaciones, descubrimientos, conquistas, conversión y otras cosas maravillosas de la misma tierra**. México: Porrúa, 1969. [1615]
- VISCARDO Y GUZMÁN, Juan Pablo. "Carta a los españoles americanos (Traducción del manuscrito francés hallado en Nueva York)" en **Obras completas**. (1799).

- VOLTAIRE. **El siglo de Luis XIV**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- WASSERMAN, Fabio. **Entre Clio y la Polis**. Conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de la Plata (1830-1860), Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008.
- WILTON, Andrew y Ilaria BIGNAMINI. **Grand Tour**. The lure of Italy in the Eighteenth Century. Londres: Tate Galler, 1996.
- ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. **La cultura moderna de la historia**. Una aproximación teórica e historiográfica, El Colegio de México, 2002.
- _____. "Historia, experiencia y modernidad en Iberoamérica, 1750-1850", **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas/Anuario de Historia de América Latina**, 45/2008, Berlin, Böhlau Verlag, diciembre 2008, pp. 113-148
- _____. "Apropiación del pasado, escritura de la historia y construcción de la nación en México". Guillermo Palacios (coord.). **La Nación y su Historia**. El Colegio de México, 2009, pp. 81-112. (no prelo).